



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A Prática Docente com Relação aos
Alunos Deficientes das Escolas Públicas do Ensino Fundamental
no Município de Oriximiná, no Oeste do Estado do
Pará - Brasil.

LUCIANE PEREIRA DUARTE

Lisboa, julho de 2019

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A Prática Docente com Relação aos Alunos
Deficientes das Escolas Públicas do Ensino Fundamental no Município de
Oriximiná, no Oeste do Estado do
Pará - Brasil.

Luciane Pereira Duarte

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão: Educação Inclusiva: A Prática Docente com relação aos Alunos Deficientes Matriculados nas Escolas Públicas do Ensino Fundamental no Município de Oriximiná, no Oeste do Estado do Pará/Brasil, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Manuel de Almeida Castro.

Lisboa, julho de 2019

VERSO DA FOLHA DE ROSTO

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo identificar quais a dificuldade na prática dos docentes perante sua prática pedagógica para com os alunos deficientes inseridos nas salas de aulas regulares do ensino fundamental e EJA em três escolas da zona urbana do Município de Oriximiná, Estado do Pará, na região Norte do Brasil. Os objetivos foram verificar as práticas pedagógicas dos docentes perante o desenvolvimento do ensino-aprendizado dos alunos deficientes incluídos na escola, analisar o espaço escolar em que o aluno deficiente está inserido, investigar as dúvidas e anseios que os profissionais da educação possuem em relação à inclusão. O estudo fundamentou-se nos conhecimentos de vários autores teóricos sobre o tema em discussão. O estudo empírico foi realizado com a metodologia qualitativa, a qual teve como recurso o questionário, no qual contava somente questões fechadas e aplicadas aos docentes educacionais das escolas públicas. Também se utilizou, da observação no âmbito do espaço escolar. As escolas na qual foi realizada essa pesquisa foram identificadas por nomes fictícios. Mediante os resultados alcançados através dos dados coletados foram satisfatórios para concretização desse estudo. Das escolas que serviram como fonte deste estudo nenhuma apresenta infraestrutura adequada para atender os alunos deficientes, com relação à formação adequada dos docentes para trabalhar com essa clientela ainda fica muito a desejar, pois são raros os professores que têm formação profissional na área, porém todas as três escolas têm em sua folha de matrícula os alunos PDC e os direcionam da melhor forma possível para aprimorar seus conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem de seus discentes.

Palavra Chave: Educação Inclusiva. Formação e Prática docente.

Abstract

This dissertation aims to identify the difficulties in the practice of teachers in their pedagogical practice towards the disabled students inserted in the regular classrooms of elementary education and EJA in three schools in the urban area of the Municipality of Oriximiná, State of Pará, in the region North of Brazil. The objectives were to verify the pedagogical practices of teachers in the development of poor students' learning, including in the school, to analyze the school space in which the disabled student is inserted, to investigate the doubts and desires that education professionals have in relation to inclusion. The study was based on the knowledge of several theoretical authors on the topic under discussion. The empirical study was carried out using the qualitative methodology, which had as a resource the questionnaire, in which it contained only closed questions and applied to the educational teachers of the public schools. It was also used, from observation within the school space. The schools in which this research was conducted were identified by fictitious names. The results obtained through the collected data were satisfactory for the accomplishment of this study. Of the schools that served as the source of this study, no adequate infrastructure to attend the disabled students, with respect to the adequate training of the teachers to work with this clientele, is still very much desired, since there are few teachers who have professional training in the area, but all the three schools have enrolled the PDC students in their enrollment form and direct them in the best way possible to improve their knowledge in the process of teaching and learning of their students.

Keyword: Inclusive Education. Teacher Training and Practice.

Dedicatória

Dedico esta dissertação de mestrado aos meus familiares, ao meu povo da umbanda e colegas que direta ou indiretamente esteve presente ao meu lado dando-me forças para suportar o caminho.

Aos mestres e doutores do curso do mestrado os quais sempre nos incentivaram a não desistir. Aos colegas que por algum motivo ou ironia do destino acabaram abandonando os estudos. E as colegas que com força e persistência chegaram ao fim da jornada Francelina, Jacineide, Neila e Kelly.

Dedico também aos meus pais Antônia, e Francisco.

Agradecimentos

Agradeço grandemente a Deus por me conceder sabedoria, saúde e persistência durante todo o percurso do meu caminhar.

Ao meus pais e familiares por estarem sempre ao meu lado me dando os subsídios necessários para alcançar essa vitória.

Agradeço em especial ao professor Marcos Borges aos gestores e docentes das escolas que contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Ao meu povo da Umbanda que me fortaleceram na fé, na sabedoria e na persistência de nunca desistir de alcançar meus objetivos e dos meus caminhos de luz. Pois uma guerreira nunca se dá por vencida ao travar uma guerra e essa não foi uma guerra fácil, porém também não foi impossível.

Aos meus colegas...

“Até aqui viajamos juntos. Passaram vilas e cidades, cachoeiras e rios, bosques e florestas... Não faltaram os grandes obstáculos. Frequentes foram as cercas, ajudando a transpor abismos... As subidas e descidas foram realidade sempre presente. Juntos, percorremos retas, nos apoiamos nas curvas, descobrimos cidades...

Chegou o momento de cada um seguir viagem sozinho...

Que as experiências compartilhadas no percurso até aqui sejam a alavanca para alcançarmos a alegria de chegar ao destino projetado. A nossa saudade e a nossa esperança de um reencontro aos que, por vários motivos, nos deixaram, seguindo outros caminhos. O nosso agradecimento àqueles que, mesmo de fora, mas sempre presentes, nos quiseram bem e nos apoiaram nos bons e nos maus momentos. Dividam conosco os méritos desta conquista, porque ela também pertence a vocês. Uma despedida é necessária antes de podermos nos encontrar outra vez. Que nossas despedidas sejam um eterno reencontro. ” (Autor Desconhecido)

Abreviaturas

A.E.E – Atendimento Educacional Especializado

C.N.E – Conselho Nacional de Educação

E.M.E.F.– Escola Municipal de Ensino Fundamental

EJA- Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC. Ministério de Educação e Cultura.

L.D.B.N- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

PA – Pará

P.C.D – Pessoa Com Deficiência

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

P.D.E. – Plano de Desenvolvimento Escolar

P.N.E – Plano Nacional de Educação

P.M.E – Plano Municipal de Educação

P.P.P - Projeto Político Pedagógico

Índice Geral

Resumo		iv
Abstract		v
Dedicatória		vi
Agradecimentos		vii
Abreviaturas		viii
Índice Geral		ix
Índice de Figuras		xi
Índice de tabelas		xii
a.	Introdução	13
a.a	Problemática	15
PARTE I	REVISÃO DA LITERATURA	17
Cap. 1	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	18
1.1	A inclusão escolar	18
1.2	Os princípios da educação inclusiva	19
1.3	Educação inclusiva	20
1.4	Política de educação inclusiva no Brasil e na última década	23
1.5	O Currículo escolar na perspectiva da educação inclusiva	25
Cap. 2	DEFICIÊNCIAS E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	29
2.1	Definição de deficiência	29
2.2	A escola diante dos alunos com deficiência	31
2.3	Formação dos docentes	34
2.4	As Dificuldades na prática dos docentes	36
PARTE II	ESTUDOS EMPIRICOS	38
Cap. 3	METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	39
3.1	Introdução	39
3.2	Lócus da pesquisa	40
3.3	Questões de investigação	45
3.4	Objetivos	45
3.4.1	<i>Geral</i>	45
3.4.2	<i>Específicos</i>	45

3.5	Hipóteses e variáveis	46
3.6	Caracterização da amostra	48
3.7	Instrumentos de recolha e análise de dados	49
3.8	Dimensões e critérios de seleção da amostra	50
3.9	Ética da pesquisa	51
3.10	Procedimentos estatísticos	51
Cap. 4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	52
4.1	Resultados analisados	52
Cap. 5	DISCURSÃO DOS RESULTADOS	68
5.1	Análise Geral da Discursão dos Resultados	68
Cap. 6	Linhas Futuras de Investigação	71
6.1	Pontos Investigatório futuro	71
	Conclusões	72
	Referências Bibliográficas	77
Apêndice A	Autorização da Pesquisa	81
Apêndice B	Autorização da Pesquisa	82
Apêndice C	Autorização da Pesquisa	83
Apêndice D	Modelo de entrevista - Gestores	84
Apêndice E	Modelo de entrevista - Professores	86

Índice de Tabelas

Tabela1: Índice de participação por sexo na pesquisa.....	52
Tabela 2: Índice de participação por idade na pesquisa.....	53
Tabela 3: Índice de formação de gestores e docentes.....	53
Tabela 4: Índice de tempo de serviço?.....	54
Tabela5:Índice de formação dos gestores e professores na área de Educação inclusiva?.....	54
Tabela6: Índice de formação de gestores e docentes na área da Educação Inclusiva?.....	55
Tabela7:Índice de alunos com deficiência por escola?.....	56
Tabela8: Índice da quantidade de alunos com deficiência por escola?.....	57

Índice de Figura

Figura 1: Mapa do Estado do Pará.....	41
Figura 2: Mapa do Município de Oriximiná.....	42
Figura 3: Você recebeu algum treinamento, curso ou orientação para trabalhar com os alunos deficientes?.....	58
Figura 4: A escola possui o Projeto Político Pedagógico que contempla a Educação Inclusiva para com a pessoa do deficiente.....	59
Figura 5: Como é realizado o acolhimento com os alunos deficientes?.....	60
Figura 6: Os alunos com deficiências têm uma pessoa de apoio na sala de aula regular?.....	61
Figura 7: Você acredita no processo da inclusão no ensino regular?.....	62
Figura 8: Qual a dificuldade que você encontra na sua prática metodológica?.....	63
Figura 9: Qual a metodologia usada com os alunos em sala de aula?.....	65
Figura 10: A infraestrutura das escolas é adequada para atender os alunos com deficiências?.....	66

a. **Introdução**

O tema abordado nessa pesquisa é no Município de Oriximiná-Pará especificamente na zona urbana. O presente trabalho levanta a problemática de como tem se desenvolvido a prática pedagógica dos educadores nas séries iniciais do Ensino Fundamental diante da inclusão de crianças com deficiência sem o subsídio de uma boa formação preparatória, situação está que evidencia a importância da predisposição do educador em favorecimento deste aluno em processo de inclusão educacional. Tendo por base este contexto, o procurará refletir sobre as práticas pedagógicas dos docentes perante os alunos deficientes matriculados nas salas de aulas regulares nas escolas da Região Oeste do Estado Pará no Município de Oriximiná, especificamente em três escolas da zona urbana de Oriximiná as quais possibilitará uma maior discussão acerca do tema abordado, favorecendo para que os diversos grupos acadêmicos verifiquem a importância do tema.

O projeto será desenvolvido em pesquisa de campo e de revisão bibliográfica relacionando autores da temática abordada, procurando apreender e discutir as relações de influência e incentivo constatará de leituras dos textos, reflexões leitura com autores como: Chacon (2001), Alves (2003), Mantoan (2003), Grurgel (2007), entre outros e principalmente por entrevistas com a equipe responsável pelas Escolas do Município de Oriximiná,

O interesse em abordar o tema Educação Inclusiva: As dificuldades na pratica docente com relação aos alunos deficientes matriculados nas salas de aulas regulares nas escolas públicas do município de Oriximiná, se deu através da necessidade de conhecer como os alunos deficientes estão sendo matriculados na salas de aulas regulares, pois é uma temática que vem conquistando seu espaço aos poucos embora esteja na LDB que determina a inclusão de criança com deficiências nas escolas vai fazer quase 20 anos, mais apenas a quatro anos atrás que se percebe realmente uma mudança para incluir os alunos especiais nas salas de aula regulares do ensino.

Ainda é um tema que leva muita polemicas devido à falta de conhecimento dos docentes, na constituição de 1988, no artigo 208 o qual preconiza o ‘atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular do ensino, em seu artigo 205, preconiza que a educação é um direito de todos.

No entanto a pesquisa faz uma compreensão sobre a Educação Inclusiva especificamente com relação aos deficientes matriculados na sala de aula regular em consonância como a Lei nº 2394/96 LDBN no seu artigo 59, assim como as formações dos docentes. Deste modo o pesquisador buscará entender através das seguintes questões: Como tem sido a formação dos professores das classes regulares para lidar com alunos com deficiências? Quais as dificuldades destes professores em lidar com esses alunos? Quais os procedimentos pedagógicos de apoio aos deficientes são desenvolvidos pelas escolas do município?

Desse modo o objetivo geral desse projeto dissertativo é analisar as dificuldades da prática pedagógica e os procedimentos utilizados de apoio dos docentes perante os alunos deficientes matriculados nas salas de aulas regulares Município de Oriximiná-Pará/ Brasil.

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo trata de conhecer o contexto da educação inclusiva através da fundamentação teórica onde mostrará parte histórica no Brasil e normatização das Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional, como também o artigo 205 da Constituição Federal. No segundo capítulo estaremos apresentando as deficiências nas escolas e a formação dos professores, no terceiro capítulo, será abordado os métodos científicos, que proporcionaram a coleta de dados e a realização de uma meticulosa investigação sobre o tema, de modo que o resultado foi alcançado de modo satisfatório e dentro dos padrões científicos no quarto capítulo abordaremos como foi realizada a etapa da caracterização global do universo da amostra, onde estaremos apresentação dos gráficos referentes as questões dos questionários e o tratamento dos mesmos. Estes dados serão analisados e posteriormente faremos a sua interpretação e descrição no capítulo seguinte. No quinto capítulo apresenta e como irá proceder à discussão dos resultados obtidos através do instrumento de recolha de dados, o inquérito por questionário. Pretendemos fazer uma observação detalhada sobre os aspetos mais evidentes e úteis, mencionados na apresentação dos resultados, dando resposta aos objetivos propostos no início deste trabalho. No sexto capítulo encerra a pesquisa, com isso abre novas perspectivas de pensamentos e nos leva uma reflexão sobre esta dissertação e a pesquisa investigativa aqui elaborada.

a.a. Problemática

A educação especial atualmente é umas das grandes problemáticas nas práticas pedagógicas dos docentes que estão diretamente em sala de aulas com os alunos deficientes pois essa polemica está cada vez mais presente no interior das escolas em decorrência dos direitos conquistados e homologados em um razoável aparato legal

Segundo dados do (INEP, 2012), os alunos com necessidades educacionais especiais, estima-se que no Brasil atualmente existem em torno de 2.500.000 em idade escolar (4 aos 17 anos), sendo que destes menos de um milhão frequentam regularmente uma escola. Perante o número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados atualmente nas escolas representaria 1,7% do número total de alunos existentes. Dados do Ministério da educação também dão conta que, a partir de 2008, houve uma mudança no perfil de procura por escolas entre alunos com necessidades educacionais especiais, com a maior parte das matrículas sendo realizadas em escolas regulares (MEC, 2012).

Conforme defini a educação inclusiva, a leis de diretrizes bases da educação nacional LDB, que a mesma requer uma praticas pedagógicas particular, respeitando o limite de cada aluno com deficiência, suas características, como também a formação do quadro docente, materiais educativos, bem específicos que atenda às necessidades dos discentes deficientes.

De modo geral o ensino segregado que excluía alunos com deficiências nas salas regulares do ensino, passou a ser questionado a busca por novas propostas de inserção dessas pessoas com deficiências nas escolas regulares. No entanto foi a partir de 1990 que surgiu a proposta da educação inclusiva a qual passou a ser desenvolvida no brasil e passaria a incluir esses alunos com deficiência nas salas comum do ensino regular, excluindo a “classe especial” ou seja a antiga sala de aula no qual os alunos com deficiência estudavam anteriormente, hoje em dia esses alunos estão inseridos em salas regulares juntamente com os alunos não deficientes e principalmente amparados e fundamentados por leis que garante os direitos das pessoas com deficientes.

Cabe ressaltar também que as pesquisas indicam que as escolas não possuem uma infraestrutura adequada para receber esses alunos.

Com a realidade apresentada onde a inexistências das condições estruturais um dos fatores que certamente, afetando o processo de ensino-aprendizagem para esses

alunos. Em tramitação o congresso nacional o texto do Plano Nacional de Educação (2011-2020), ao anunciar a meta "Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino", apresenta-se a seguinte estratégia:

- a) Implantar salas de recursos multifuncionais
- b) Fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais". (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, a escola precisa urgentemente estar preparada para uma educação que abrange a adversidade, pois sabemos que o Brasil é um país rico em culturas, em etnias, em raças, em credos e possui um número crescente de pessoas com algum tipo de deficiência que estão saindo do enclausuramento em busca de inserção social, educacional e profissional, diante do exposto, surgem algumas inquietações a serem analisadas:

No entanto a pesquisa faz uma compreensão sobre a Educação Inclusiva especificamente com relação aos deficientes matriculados na sala de aula regular em consonância como a Lei nº 2394/96 LDBN no se artigo 59, assim como as formações dos docentes.

- 1) Como tem sido a formação dos professores das classes regulares para lidar com alunos com deficiências?
- 2) Quais as dificuldades destes professores em lidar com esses alunos?
- 3) Quais os procedimentos pedagógicos de apoio aos deficientes são desenvolvidos pelas escolas do município?

PARTE I
REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este capítulo trataremos de conhecer o contexto da educação inclusiva através da fundamentação teórica onde mostrará parte histórica no Brasil e normatização das Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacionais, como também o artigo 205 da Constituição Federal.

1.1 A inclusão Escolar

Mediante ao contexto sobre a inclusão escolar podemos dizer que consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino. Porém atualmente, o principal foco da inclusão escolar está diretamente focado nas crianças e jovens com necessidades educacionais especiais (NEE).

Neste caso, a inclusão escolar prevê a integração desses alunos em classes de aula regulares, compartilhando as mesmas experiências e aprendizados com os estudantes que não apresentam NEE, por exemplo, as escolas precisam estar preparadas para dar o suporte necessário para esses alunos, tanto na infraestrutura da instituição com: rampas, sinais, elevadores, etc. assim como também na capacitação dos profissionais de ensino para este tipo de acompanhamento e necessário que o educador esteja preparado para educar os mais diferentes tipos de indivíduos.

Porém faz-se necessário que todos entendam o real conceito da educação inclusiva. A mesma pode ser compreendida como uma reviravolta institucional que consiste no fim dos iguais x diferentes, normais x deficientes.

No entanto a Educação Inclusiva é uma educação que está voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças, elas precisam ser reconhecidas e valorizadas, sem preconceito.

Pois o conceito de educação inclusiva significa que é um processo educativo que deve ser entendido como um processo social, por onde todas as crianças com necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem possam ter o mesmo direito à escolarização o mais próximo possível do normal, ou seja, uma modalidade de ensino para todos.

Diante desse contexto o conceito de educação inclusiva é diferente do conceito de educação especial. Pois na educação especial não existem alunos sem deficiência, esses

alunos são matriculados em uma única turma e na educação inclusiva esses alunos deficientes são inseridos nas salas regulares juntos com os demais alunos sem nenhuma deficiência, um dos principais motivos da inclusão é garantir o acesso e a permanência dos alunos nas instituições de ensino. Com um único objetivo eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação do discente no processo educativo.

Um ponto importante que precisamos frisar aqui é que o termo portador de necessidades especial não existe mais. Pois o termo “Pessoa com Deficiência” utilizado na maior parte dos países do mundo. Entretendo até a década de 80, a sociedade usava essas palavras preconceituosas e pejorativas para se referir a estas pessoas.

Em de 1981, pois somente no ano Internacional da Pessoa com Deficiência é que essa realidade começou a mudar e, finalmente, implantou o termo “Pessoa com Deficiência”.

Vale ressaltar que foi recentemente, no dia 03 de novembro de 2010, a partir da Portaria 2.344/2010 da Secretaria dos Direitos Humanos, que o termo PNE (Portador de Necessidades Especiais) foi oficialmente alterado para PcD. Essa mudança ocorreu ao observar-se que a deficiência não se porta, não é um objeto, mas tendo em vista que a deficiência faz parte da pessoa.

1.2. Os princípios da educação inclusiva.

Pode se dizer que a educação inclusiva é uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação que pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais.

No entanto a proposta da escola inclusiva é proveitosa para todos, pois um lado estão os alunos com deficiência tende a usufruir de uma escola preparada para ajudá-los com o aprendizado por outro lado os demais alunos aprendem a conviver com as diferenças de forma natural e a desenvolver o sentido de entreajuda.

Ressaltando que os cinco princípios da educação inclusiva são:

1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação
2. Toda pessoa aprende
3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular

4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos

5. A educação inclusiva diz respeito a todos

Nesse contexto faz-se necessário ressaltar que apesar do foco está nas pessoas com deficiência, tendo em vista o histórico de privação da participação desse público nas escolas regulares, o conceito amplo de diversidade humana para pensar a educação inclusiva está ligado diretamente ao público-alvo em todas as crianças, sem exceção.

Com base citada acima a inclusão ajuda a combater o preconceito buscando o reconhecimento e a valorização das diferenças através da ênfase nas competências, capacidades e potencialidades de cada indivíduo.

Diante desse pressuposto os principais desafios da educação inclusiva são:

- A estrutura física dos estabelecimentos nem sempre é adequada.
- Falta de introdução de recursos e de tecnologia assistiva.
- Número excessivo de alunos por turma.
- Preconceito em relação à deficiência.
- Falta de formação para as equipes das escolas.
- Falta de professores especializados ou capacitados.

Infelizmente podemos afirmar que a idealização do ensino inclusivo e seus objetivos são conceitos extremamente válidos, porém a realidade com a qual os alunos, professores e demais pessoas envolvidas dentro desse projeto enfrentam no dia a dia são bem diferentes.

1.3 Educação Inclusiva

Considerando que a Educação inclusiva surgiu em oposição à prática da exclusão social a que foram submetidos os indivíduos com deficiências durante muitos séculos. Pode-se dizer que a educação inclusiva aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva que é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Neste contexto, para Mantoan (2003). A inclusão escolar faz repensar o papel da escola e conduz a adoção de posturas mais solidárias e para a convivência.

Nesse sentido, a educação inclusiva aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva que é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular.

Segundo Sá (2012),

“Afirma que a escola inclusiva exige novas estruturas e novas competências. Observa-se que as escolas públicas não têm correspondido às características individuais e socioculturais diferenciadas de seu alunado, funcionando de forma seletiva e excludente, fica claro que de fato há um grande descompasso entre a demanda e a disponibilização dos recursos para que a escola esteja realmente dentro dos padrões arquitetônicos. O mais preocupante, contudo, é constatar que cabe, portanto, a escola a difícil tarefa de prepará-los para inserção nessa sociedade tão complexa e excludente, incapaz de lidar com as diferenças”. (Sá, 2012, p. 31).

Assim, é preciso, ir mais além pois a educação inclusiva vem gerando grandes discussões no âmbito escolar mediante a inúmeros desafios, é possível destacar que os docentes que participam reportam a necessidade de uma nova prática educativa que ensine e eduque os alunos, reconhecendo as experiências e diferenças de cada um, nesse trabalho cooperativo e da flexibilização curricular, como os valores a serem considerados no desenvolvimento e na materialização dos processos de autoaprendizagem inclusivos. É exatamente o caso que no último censo escolar (INEP, 2012) reforçam a urgência da melhora da formação de professores em nosso país. Aproximadamente 80% dos alunos com necessidades educacionais especiais estão matriculados na rede pública de ensino. Conforme explicado acima nos últimos anos vem aumentando o índice de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas salas de aula regulares do ensino fundamental nas escolas do Brasil.

Conforme Baunel (2004)

“O foco da discussão, atualmente ainda é um desafio a ser superado, pois trata de como sintonizar os conteúdos teóricos e práticos da formação docente com as necessidades que se apresentam. É importante ressaltar que a discussão do tema abordado deve, portanto está presente nas academias. O autor deixa claro que a lacuna existente entre a formação e a atuação na prática tem feito com que os professores se sintam perdidos diante da missão de lidar com a diversidade em

sala de aula, sobretudo pela falta de conhecimento como: adaptar as atividades, materiais, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino. ” (Baunel, 2004, p. 114)

Nessa perspectiva, o sucesso da inclusão escolar vai depender, em grande medida, do trabalho pedagógico do professor da classe comum, pois este deve ser qualificado para responder as necessidades diferenciadas de seus alunos, para propor situações de ensino aprendizagem satisfatória para todos. Conforme explicado acima o sucesso da inclusão escolar desses alunos só irá de fato ocorrer quando a escola em seu todo for preparada em sua estrutura arquitetônica e profissional, por exemplo, o sucesso da inclusão escolar acontece mediante o conhecimento e adaptação das escolas para receberem essa clientela.

Para o sucesso da educação inclusiva.

“O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas”. (Alves, 2009, p. 45,46).

O autor deixa claro na citação que não basta apenas capacitar os professores mais todo os funcionários que pertencem a escola, uma vez que esses alunos não serão inclusos apenas dentro da sala de aula, ele fará parte de todo o processo de ensino aprendizagem da escola. É necessário que haja uma equipe técnica que capacite: os gestores, coordenadores pedagógicos, auxiliar de serviços gerais, porteiro e professores. Pois é através dessa preparação, com todos os profissionais que a educação inclusiva passa a fazer sentido do estabelecimento de escolas.

Sendo assim, observou-se que a educação inclusiva é um processo que ainda vem acontecendo em passos lentos no Brasil, pois apesar de ter todo um aparato nas leis com na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205, preconiza que a educação é um direito de todos. É preciso ressaltar que mesmo ampara por lei o processo da educação inclusiva ainda requer apoio dos órgãos governamentais, pois na realidade ainda temos professores não qualificados e escolas com infraestrutura irregular para atender os alunos deficientes matriculados nas escolas públicas.

1.4 Política Nacional De Educação Inclusiva No Brasil Na Última Década

A origem desse quadro é facilmente encontrada no período pós-guerra em 1948, a ONU lançou a declaração universal dos direitos humanos. Contendo nos artigos desses documentos várias tentativas de acabar com o isolamento das pessoas com deficiências. Em outros documentos como a de Salamanca 1994, na Espanha e da Guatemala 2001, entre outros, das quais o Brasil é signatário, traçaram diretrizes para o processo educacional inclusivo desses indivíduos.

É importante ressaltar que a proposta de incluir os alunos com deficiência nas escolas regulares passou a ser desenvolvido no Brasil em 1990 com o objetivo de incluir todos os alunos com deficiência nas salas regulares e no convívio real com os demais de forma a promover a dignidade, respeito, solidariedade e cidadania. Essa versão não é a única pela qual cabe dizer que, é neste sentido que Mittler (2003) considera que a inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinar aquelas que estão atualmente excluídas por qualquer razão.

Nessa época aconteceu fatos importantes, como a Declaração de Salamanca, de 1994, que propõe que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular. Nesse contexto histórico aponta alguns documentos envolvidas, como a Convenção de Guatemala, de 26 de maio de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, Mantoan (2003) que afirma que, os pais, no Brasil, contrariamente a outros países, na sua maioria, ainda não se posicionaram em favor da inclusão escolar de seus filhos.

Com base no autor Oliveira (2008, p. 253), "o fortalecimento da inclusão com pessoa com deficiência nas escolas regular" assinada pela Declaração de Salamanca (1994) reafirma que o movimento pedagógico, além das características, deve ser pluralista, devendo garantir o acesso e permanência desse aluno nos diversos níveis de ensino e respeitando fundamentalmente sua identidade social, ressaltando que as diferenças são normais e a escola deverá considerá-las, promovendo as adaptações necessárias, que atendam às necessidades de aprendizagem de cada pessoas.

De acordo com o instituto nos últimos dez anos, triplicou o número de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiências matriculados em escolas comuns. No Brasil, as matrículas de alunos com limitações nos colégios regulares cresceram 161% de 2007 a 2016, enquanto as escolas especiais deixaram de ser a primeira opção de muitas famílias. Como mostra a ilustração abaixo.

* Alunos Matriculados nas escolas comuns no Brasil.

2007-304.882

2016-796.486

*Alunos Matriculados nas escolas especiais no Brasil.

2007-341.781

2016-174.886

Na década de 1990, os debates e os eventos internacionais, como a Declaração Mundial de Educação para Todos, de acordo com Brizolla (2007), foi nesse período que o conceito inclusão entra no cenário das políticas de Educação Especial, não estando, todavia, limitado a esse setor. Alguns eventos marcaram bem a o processo da educação inclusiva:

1.Em 1948 - a ONU lançou a declaração universal dos direitos humanos.

2.Em 1980 - Intensificou as discussões no Brasil sobre a necessidade de mudanças nos cursos de formação de professores.

3.Em 1990- Surgiu a proposta de incluir os alunos com deficiência nas escolas regulares passou a ser desenvolvido no Brasil.

4. Em 1994 - Declaração Salamanca: sobre os princípios, políticos e práticas na área das necessidades especiais.

Nesta perspectiva as políticas de inclusão constituem, além de um grande desafio para o século XXI, uma oportunidade para a construção de um outro mundo, mais humano e mais justo, no qual todos possam viver em harmonia. Pois a inclusão não é só uma política, mas um caminho que, ao trilhar, construímos.

O cenário de investigação escolhido serão as escolas da zona urbana do município de Oriximiná Pará, que pertence a mesorregião do oeste do Pará. Para realizar esse estudo será feita a análise dos documentos oficiais (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDEB, Constituição de 1988, Política Nacional da Educação Inclusiva PNE) que remetem ao tema da educação escolar educação inclusiva, analise bibliográfico sobre a reflexão e suas práticas educativas, pesquisa de campo nas escolas.

Na obtenção de dados para a pesquisa teremos como sujeito os professores, gestores e coordenadores pedagógicos das escolas selecionadas do município. Será usado como metodologia a observação participativa para o funcionamento da educação nas escolas; entrevistas semiestruturadas para os gestores e coordenadores pedagógicos e aplicação de questionários para os professores. Com o objetivo de identificar as dificuldades na prática docente em relação aos alunos deficientes matriculados nas escolas regulares do município de Oriximiná-Pará.

1.5 - O Currículo Escolar Na Perspectiva Da Educação Inclusiva

Pode-se dizer que o currículo escolar está pautado nas necessidades de cada comunidade onde a escola está inserida, devendo ser flexível de forma que atenda a todos os alunos sem discriminação, respeitando as diversidades. No contexto da educação inclusiva, esse currículo deve contemplar as especificidades das necessidades educacionais especiais, por meio de ajustes realizados pelo professor no intuito de oferecer ao aluno pleno acesso ao conhecimento. Neste contexto, para Brasil (2001), fica claro que o projeto educacional expresso nos parâmetros curriculares nacionais demanda uma reflexão sobre a seleção de conteúdo, como também exige uma ressignificação, em que a noção de conteúdos escolares se amplia para além de incluir procedimentos, valores, normas e atitudes. O mais preocupante, contudo, é constatar que faz necessário adequar o currículo com o objetivo de aprimorar o processo de ensino aprendizagem como: a metodologia, os recursos pedagógicos, a organização espaço/tempo no qual favoreça a aprendizagem principalmente dos alunos que tem necessidades educacionais especiais.

Pode-se dizer que esses ajustes se dá o nome de adequações de pequeno porte. Existem também outros ajustes que dependem, além do professor, de esferas governamentais, por se tratar de adequações muito significativas, que são chamadas de adequações de grande porte. Mas vale salientar que as instituições escolares devem preocupar-se em estabelecer em seus Projetos Pedagógicos, ações que viabilizem essas adequações curriculares, como prevê o MEC por meio da Resolução CNE/CEB Nº 2 de 2001. Neste contexto, para Souza et al (2003) fica claro que: A adaptação curricular é toda adaptação que se realiza para atender às necessidades educacionais de um

determinado aluno ou de um grupo que apresenta singularidades em relação aos seus colegas para ter acesso ao currículo estabelecido de modo geral.

É interessante, porém que mediante a essa realidade o MEC, se preocupou com a forma em que o currículo vem sendo trabalhado nas escolas, diante desse fator publicou vários documentos que nortear-se os trabalhos nas escolas, dentre esses documentos estão os Parâmetros curriculares nacionais (PCN'S), que tem como base principal a elaboração dos currículos o qual respeita a diversidade cultural existente em todo país. Conforme explicado acima a organização de uma escola realmente inclusiva é retratada no seu currículo e na estruturação do projeto político-pedagógico (PPP), o qual deve ultrapassar a mera elaboração de planos e exigências burocráticas, ou seja, o PPP caracteriza e identifica a escola.

De acordo com Baptista (2003, p. 52) nos traz a ideia de:

O conceito de inclusão [...] evocaria a necessidade de transformação da escola para permitir o atendimento integrado de todos os alunos no ensino comum. Nesse caso, são defendidas as medidas de profundas alterações na organização do ensino, colocando em discussão a necessidade de análise coletivas sobre o projeto pedagógico da instituição; questionando as alternativas didáticas consideradas 'tradicionais' e centradas no professor; propondo a revisão de processos de avaliação (avaliação processual que considere o aluno como parâmetro de si mesmo); construindo dispositivos de apoio complementar ao atendimento no ensino comum, sem excluir o aluno de sua classe de referência; discutindo amplamente a necessidade de formação continuada de professores e demais técnicos que atuam junto às escolas. (Baptista, 2003, p. 52).

Pode-se dizer que o plano municipal de educação do município de Oriximiná apresenta em seus documentos especificamente no artigo 69.4.4. que aborda sobre a educação especial.

4.4.1 das diretrizes O movimento nacional que vem sendo realizado em prol da inclusão de pessoas com necessidades especiais numa escola de qualidade marca o início de uma nova trajetória, onde várias políticas estão empenhadas no processo...A Organização Mundial de Saúde estima que aproximadamente 10% da população apresentam necessidades especiais, as quais podem ser de diversas ordens: visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta, superdotação ou altas habilidades. A inclusão escolar constitui-se, hoje, numa proposta que permeia a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos acompanhando a trajetória da luta pelos Direitos Humanos

Como explica o texto acima a Declaração de Salamanca, retoma-se o encaminhamento de diretrizes básicas para a formação e a reforma de políticas e sistemas educacionais. Que proporcionou uma oportunidade única de colocação da

educação especial dentro de uma estrutura de educação para todos firmada em 1990. Ela promoveu uma plataforma que firma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades especiais nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem.

É importante revelar aqui que um modelo de uma escola inclusiva para todo o país, merece destaque a:

69.a formação e capacitação dos recursos humanos, incluindo-se aqui os professores das classes regulares, cuja necessidade é primordial para a efetivação educativa.

Fica evidente que uma educação de qualidade pressupõe um projeto pedagógico o qual enfatize a permanência e o acesso, com sucesso, do aluno no contexto escolar. A prática pedagógica e o exercício docente são questionados constantemente pela sua forma convencional de educação.

69.Nessa perspectiva, a escola e o seu projeto político, as diretrizes curriculares, os conselhos que compõem a escola, as parcerias com a comunidade escolar e local, precisam ser revistos e reformulados visando à melhoria na qualidade da educação para todos. Diante de tal proposta, a LDB vigente oferece respaldo e elementos essenciais que auxiliam na transformação almejada das escolas, de forma que priorize os princípios democráticos que as norteiam, concretizando assim o compromisso assumido pelo país, na efetivação de uma Educação para Todos.

Segundo o plano municipal de educação de Oriximiná A educação especial no município de Oriximiná possui uma trajetória não muito diferente dos demais municípios do país. Sempre houve grandes dificuldades para a inserção dos alunos surdos e cegos no sistema regular de ensino, e dos alunos portadores de outras deficiências, o que pôde ser comprovado nos dados apresentados. Em relação às políticas públicas, constata-se insuficientes recursos financeiros alocados pela União para implantação e implementação da educação especial e seus serviços.

O plano municipal de educação deixa claro que:

[...] Neste sentido, visualiza-se a educação continuada como uma possibilidade de minimizar essa problemática. Verifica-se, muitas vezes, a resistência e, em alguns casos, desconhecimento dos profissionais da educação sobre a política de educação inclusiva. Observa-se também que há dificuldades dos profissionais em avaliar e identificar o educando com necessidades educacionais especiais e propor uma ação pedagógica voltada para as possibilidades e não para as limitações.

Fica evidente, diante desse quadro que os processos de inclusão escolar, o currículo ganha notoriedade, isso porque a tensão está posta na tentativa de construir uma escola para todos, esse elemento acaba muitas vezes por ser uma tensão a ser pensada e discutida para que de fato a escola possa se tornar uma escola na qual garanta acesso e permanência para todos. É preciso ressaltar que o currículo escolar é o fio condutor de nossas ações, pois, por meio das seleções que por ele são estabelecidas, um determinado grupo de alunos têm sido pouco contemplado, o que tem representado uma parcela grande que não consegue aprender pelos mais diferentes motivos, dificuldade de aprendizagem, indisciplina, problemas sociais, afetivos, econômicos, sociais, culturais e pelas deficiências.

CAPÍTULO II

DEFICIÊNCIAS E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Este capítulo faremos uma revisão conceitual sobre a deficiência dos alunos, isto é a perda ou carência de recursos para a execução de determinada ação, bem como a escola diante dos alunos deficientes e por fim faremos um resumo sobre o assunto da formação do professor conforme dita as leis que trata do assunto.

2.1 Definição de deficiência

Pode -se dizer que, o termo deficiência está relacionado com um alto grau de disfunção das funções psicológica, fisiológica ou anatômica do ser humano.

Os médicos usam os termos a deficiência para representa um estado patológico, ou seja, a ausência ou insuficiência no funcionamento de um órgão ou membro, como por exemplo, uma quando uma pessoa perdi uma perna, ocasionalmente essa pessoa já não tem mais a mesma motricidade e mobilidade que uma outra pessoa que tenha as duas pernas.

Porém a deficiência também pode se referir a perda ou carência de recursos para a execução de determinada ação, como por exemplo: *“A obra da escola só não finalizada pela deficiência dos materiais”*.

A origem da palavra deficiente vem do latim *deficiência*, o qual significa “falta, enfraquecimento”, que também pode ser substituída por sinônimos como: carência, escassez, curteza, míngua, lacuna, privação, falta, incapacidade, insuficiência, déficit, défice, entre outros.

Conforme estabelece o art. 2º da nova lei,

“considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Ressaltando que de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a pessoa com deficiência é identificada pela sigla PCD, ou seja, é aquele indivíduo que possui impedimentos de longo prazo, como por exemplo, física, mental, intelectual ou sensorial.

Mediante a esse conceito faz-se necessário destacar que a lei distingue a limitação funcional apresentada pela pessoa da deficiência como, a ausência de visão, a surdez ou a condição física do cadeirante, como por exemplo, são limitações funcionais, reconhecidas como atributos da pessoa e inerentes à diversidade humana.

Pode-se dizer que a deficiência tem caráter relacional, por consistir na interação de tais atributos com barreiras existentes no meio social, no qual o resultado é a dificuldade ou o impedimento para o acesso e exercício de direitos em igualdade de condições com as demais pessoas.

Dentro desse contexto destacamos aqui alguns tipos de deficiência que pode apresentar de diversas formas e tipos, o qual podem ser:

Deficiência auditiva. É a perda parcial ou total da audição em um ou em ambos os ouvidos. Que pode ser classificada de diferentes níveis:

- perda de audição leve,
- moderada, acentuada,
- severa, profunda,
- perda total de audição,

Entretanto que em alguns destes casos, as perdas podem ser auxiliadas com o uso de aparelhos auditivos.

Deficiência visual. É a redução parcial ou total da visão de um ou de ambos os olhos.

Os quais existem dois grupos principais que caracterizam a deficiência visual, que são:

- Grupo da visão subnormal ou de baixa visão, moderada, severa, profunda que provoca uma diminuição das respostas visuais, mesmo após tratamento e/ou correção ótica;
- Grupo da cegueira, ausência total da resposta visual.

Deficiência física/motora. É caracterizado pela alteração completa ou parcial de um ou mais partes do corpo humano que levam à redução ou perda de funções motoras ou da fala. Estas deficiências podem decorrer de malformações, lesões neurológicas e lesões neuromusculares.

Dentre esse grupo estão as deficiências motora mais comuns que são: Paralisia cerebral, Hemiplegia, Tetraplegias, Paraplegias, Paraparesia, Monoplegia, Monoparesia, Tetraparesia, Triplegia, Hemiplegia, Hemiparesia, Patologias degenerativas do sistema nervoso central e Amputações, entre outras.

Deficiência mental/intelectual. É a deficiência que provoca uma alteração no funcionamento psiconeuromotor e intelectual, podendo apresentar limitações associadas a diferentes áreas como: a comunicação, o cuidado pessoal, as habilidades sociais, de trabalho e acadêmicas, entre outras.

De acordo com Rocha (2016, p. 11), há quatro níveis de retardo mental que é dado por variação do quociente de inteligência (ou Q.I.): que são:

- a. leves,
- b. moderadas,
- c. graves,
- d. profundas,

Levado em consideração a função da capacidade intelectual e outros comprometimentos do comportamento do indivíduo.

Ressaltando que dentre essas as mais comuns são: Autismo, Síndrome de Down, Síndrome de Angelman, Síndrome de Tourette, Síndrome de Asperger, entre outras.

2.2 As Escolas diante dos Alunos com deficiência

Podemos conceituar que Educação Inclusiva é uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças, como sendo que a Política nacional na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar com deficiência transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse sentido, é preciso que o sistema de ensino organize a educação especial na perspectiva da educação inclusiva com a disponibilidade de introdutor, tradutor/interprete de libras e guias de interpretes, monitor ou cuidador de alunos com necessidades educacionais especiais. Como bem nos assegura Melo, Lira e Fación (2008) ressaltam justamente a necessidade da presença, nas escolas regulares, de profissionais que estejam realmente preparados para lidar com essa realidade. Neste contexto, fica claro que o atendimento aos “educandos especiais” nas escolas regulares e nas instituições especializadas revela que a proposta de escola

inclusiva no período se aproximava de uma compreensão de inclusão processual, desenvolvida em diferentes espaços físicos e institucionais.

Pode-se dizer que a educação especial na última década implica retomar o Plano Nacional de Educação (PNE). Neste contexto, para Brasil, (2000), foi considerada como um grande avanço a ser desenvolvido na década a “criação de uma escola inclusiva” baseada na formação de recursos humanos.

É importante ressaltar que a estrutura do Plano Nacional de Educação (PNE) com a do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) não define, um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em estratégias para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE. Conforme explicado acima o PNE dá como pressupostos o diagnóstico e o enunciado das diretrizes, concentrando-se na proposta de mecanismos que visam à realização progressiva de metas educacionais

Conforme verificado por Dutra (2008), o autor deixa claro que o muda com essa política é a ênfase no desenvolvimento dos sistemas educacionais inclusivos, visto que a Educação Especial deve integrar a proposta pedagógica da escola. Trata-se inegavelmente de práticas pedagógicas advindas da política da inclusão escolar, inclusive as práticas pedagógicas dos professores de classe comum com alunos com necessidades educacionais.

Pode-se dizer que foi possível observar um crescimento no número total de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais entre os anos de 2011 e 2012, de 584.124 para 628.768 (uma variação de 7,6%). Os dados também mostraram que mais de meio milhão de alunos com necessidades especiais estavam matriculados no ensino fundamental, avanço de 7,7% com relação ao ano anterior. Conforme mencionado pelo autor é necessário que as políticas do sistema educacional interajam com a educação especial com a proposta de interagir com o processo da educação inclusiva, "visto que a Educação Especial deve integrar a proposta pedagógica da escola" (Dutra,2008, p. 23).

Conforme explicado acima os dados do (INEP, 2012), os alunos com necessidades educacionais especiais, estima-se que no Brasil atualmente existem em torno de 2.500.000 em idade escolar (4 aos 17 anos), por exemplo, anos de 2011 e 2012, de 584.124 para 628.768 (uma variação de 7,6%).

De modo que:

“Identificar como se dá o processo de ensino e aprendizagem dessa clientela poderá ajudar a estabelecer uma relação entre a realidade existente e a ideal, ou seja, uma sala de aula que não apenas insira tais alunos, mas que o inclua no processo de aprender abordar a relevância de se estudar o tema escolhido’ (Levy & Facion, 2008, p. 140).

O autor deixa claro que o processo de ensino e aprendizagem dessa clientela poderá ajudar a estabelecer uma relação entre a realidade existente e a ideal, ou seja que não sejam meramente inseridos dentro de sala de aulas comuns: mas que os inclua no processo de ensino aprendizagem. Nesse contexto a necessidade de refletir tal questão que perpassa, justamente, pelo fato de o movimento de inclusão de alunos com alguma deficiência nas salas de aula.

Mediante a essa realidade diferentes fatores socioeconômicos, políticos e culturais contribuem para que o currículo seja entendido como:

- a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização, (Para Moreira e Candau, 2007, p.18).

Conforme citado acima, um dos grandes desafios da educação inclusiva é a superação das práticas tradicionais, removendo os empecilhos do processo do ensino aprendizagem, valorizando assim a diversidade. Tornando o discente o centro principal do processo pedagógico e da sua aprendizagem. Assim, reveste-se de particular importância dentre esse momento crucial de inclusão foi necessário repensar sobre a formação docente a qual ganhou nova perspectiva em 2009 (BRASIL, 2009) com a aprovação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), proposto para atender à exigência legal da formação mínima necessária para todos os professores.

Nesse contexto a formação dos futuros professores, não apenas daqueles já atuantes, também deve ser discutida e observa-se a necessidade e que sejam estabelecidas diretrizes claras nos cursos de pedagogia e licenciaturas sobre os conteúdos mínimos a serem oferecidos, de modo que sejam formados professores com habilidades para lidar com a inclusão da diversidade na sala de aula. Por isso, “Ele é desafiador e pleno de possibilidades para os educadores e os educandos” (Lima, 2006, p.17).

Por exemplo, de nada adianta a legislação ter uma relevância inquestionável, se isso não garante a mudança de postura, a marginalização de recursos perante o compromisso efetivo com o exercício de cidadania e a educação de qualidade para todos.

Dessa forma, um dos grandes desafios encontrados nas escolas é a falta de apoio ao profissional que recebem alunos com deficiência em sala de aula e muitas vezes o professor não é informado que tem um ou mais alunos com deficiência na sala de aula, simplesmente a escola recebe e realiza a matrícula e não informa o professor da real situação e quando isso ocorre, os professores reagem porque não se sentem preparados ou em condições de dar assistência individualizada, principalmente nas séries iniciais. E reclamam de turmas superlotadas, de formação inadequada para trabalhar com essa clientela, a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores: “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (Lima, 2002, p.40).

Fica evidente, diante desse quadro que as necessidades de tais políticas de formação, bem como a própria estruturação das escolas, sejam arquitetônicas bem como materialmente falando, viriam responder aos anseios e angústias dos professores. Pois para Castro e Fación (2008), necessitam de uma formação baseada na aprendizagem da prática, para a prática e a partir da prática.

2.3 Formação dos docentes

Embora a constituição de 1988 garanta a educação para todos inclusive para a pessoa com deficiência é necessário que os direitos constitucionais sejam respeitados como, a capacitação de professores para receber os alunos com necessidades educativas especiais nas salas do ensino regular seja ele da rede pública ou privada.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) seu artigo deixa claro que: em seu artigo 59, reconhece a importância de se formar professores especializados para atender pessoas com necessidades especiais, sob quaisquer modalidades de ensino:

Nesse contexto os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Para Bueno (1999), “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência”.

Podemos afirmar que a legislação brasileira prevê que todos os cursos de formação de professores, do magistério à licenciatura, devem capacitá-los para receber, em suas salas de aula, alunos com e sem necessidades educacionais especiais, dentre os quais os alunos com deficiências também estão inclusos.

É importante frisar nessa abordagem que a formação dos professores é um aspecto de suma importância que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Pois sem uma formação adequada não teremos uma educação de qualidade na vida dessas pessoas com deficiência.

Porém a proposta do Plano Nacional de Educação (MEC, 2000), aponta a integração entre professores da Educação Especial e da educação regular como uma das ações necessárias para efetivação da educação inclusiva. E acrescenta em seu artigo:

Art. 8. As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes:

I - Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;

II - Condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa

No entanto, apesar das evidências claras, não adianta apenas incluir os alunos especiais em classes regulares. Se faz necessário mudar concepções preconceituosas a respeito da educação inclusiva, e possibilitar aos professores regulares conhecimentos sobre essa proposta.

2.4 As Dificuldades na prática dos docentes

Nesse contexto é importante que o projeto inclusivo seja colocado em ação, faz-se necessário que o professor demonstre está disponível e tenha atitude positiva para criar uma atmosfera acolhedora na classe. Mediante isso é primordial que a equipe gestora apoie os educadores em suas atribuições, valorizando suas competências pedagógicas para garantir o ensino de todos os alunos, segundo Silveira e Neves (2006) complementam a questão, propondo que, além de materiais pedagógicos e recursos adaptativos, as escolas inclusivas devem estar abertas à participação dos pais.

Luz e Gesser (2007), em seu artigo sobre a prática docente e pesquisa vem salientar que “A tomada de consciência por parte dos professores formadores a respeito da importância de refletir sobre suas ações poderia contribuir para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos efetivamente com a educação”.

Sant’Ana, Glat & Fernandes (2005), afirma que a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou isolada, mas, como parte do sistema regular. Para tanto, o quesito indispensável para a efetivação deste conceito é a formação adequada e contínua do professor. O autor deixa claro que o processo da educação inclusiva é aquele que oferece subsidio adequado no ensino aprendido de cada indivíduo dentro de suas limitações diante de suas necessidades educacionais especiais.

De acordo com Mendes (2004)

“uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática”. (Mendes, 2004, p.227).

De acordo com Campos (2001), a pesquisa qualitativa trata-se, na maioria dos casos, de uma análise pessoal e subjetiva das informações contidas nas respostas dos sujeitos. Este tipo de pesquisa permite compreender o problema no meio em que ele ocorre, sem criar as situações artificialmente, as quais mascaram a realidade ou levam a interpretações ou generalizações equivocadas. Conforme explicado acima a pesquisa qualitativa é entendida como uma abordagem adequada para compreender a problemática que foi estudada.

Segundo Zanella (2001) frisa ainda que o significado de aprendizagem é bastante amplo e afirma que, nela, “o aprendiz passou a conhecer mais e ampliou seu “volume” de conhecimentos, embora isto não se constitua tão somente em aprendizagem...

Porém o autor mostra que:

Explica que o mecanismo de aprender da criança é sua capacidade de reestruturar-se mentalmente, buscando um novo equilíbrio, que são, na verdade, novos esquemas de assimilação para adaptar-se a novas situações. Por isso, se faz tão importante, a ativação constante deste mecanismo, seja em crianças com ou sem alguma deficiência. Tal ativação, entretanto, deve levar em consideração o nível de desenvolvimento mental (período) em que a criança se encontra. (Piaget,1999, p.17).

Sendo assim, enquanto a escola em seu todo não compreenderem de fato o que é educação inclusiva, esta nunca acontecerá de na realidade, apenas teremos alunos deficientes inclusos na sala de aula sem ter uma qualidade de educação que assistiam suas necessidades educacionais. Podemos perceber conforme citado acima que esse quadro remete o que infelizmente não acontece na realidade, o que vemos é apenas os alunos inclusos nas escolas regulares estando ali apenas porque a lei ampara, porém em sua grande veracidade esses alunos estão aí por esta.

PARTE II
ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Neste Capítulo será abordado os métodos científicos, que proporcionaram a coleta de dados e a realização de uma meticulosa investigação sobre o tema, de modo que o resultado foi alcançado de modo satisfatório e dentro dos padrões científicos.

3.1 Introdução

É importante que antes de explicar a metodologia dessa pesquisa, faz-se necessário frisar aqui um aspecto essencial quanto a compreensão da educação inclusiva, de acordo com a aplicação da Lei 9.394/1996, em seu artigo 58 falas sobre a educação especial na expectativa da educação inclusiva.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) e de como vem sendo aplicado esse ensino nas escolas regulares, bem como a formação dos docentes nas escolas públicas de Oriximiná no estado do Pará. Esta visão parte do pressuposto de que o sistema escolar deve garantir as condições para o ensino aprendizado desse alunado que tem algum tipo de deficiência.

Podemos afirmar, que qualquer avanço na educação inclusiva só aconteceu de fato quando nossos docentes forem qualificados e abrirem a mente para lidar com a diversidade, principalmente quando inovarem suas práticas pedagógicas e olharem o deficiente como aluno e não como “coitadinho”.

Dessa maneira, a definição das performances das 03 escolas públicas, distribuídas em bairros de diferentes no município de Oriximiná Pará: Nossa Senhora das Graças, Santa Luzia e São Pedro. Terá como critério central, para efeito de escolha e comparação, um indicador padrão do desempenho do sistema educacional com as escolas que apresenta alunos deficientes matriculados nas salas regulares.

3.2 Lócus da Pesquisa

Os locais escolhidos para desenvolvimento desta pesquisa foram as escolas Santa Maria, Bom Pastor e Maria Terezinha, que fazem parte da Rede de Ensino Municipal que buscando se aperfeiçoar o ensino público de acordo com as leis, resoluções e pareceres para a educação escolar inclusiva em sintonia com as demandas do povo deficientes.

Fica evidente que além disso, vem gradativamente adequando a infraestrutura das escolas, qualificando os, profissionais administrativos, pedagógicos e docentes, capacitando para melhor atender essa clientela com qualidade no ensino aprendido desses alunos.

O tema abordado nessa pesquisa é no Estado Pará especificamente no município de Oriximiná na zona urbana.

O Estado do Para fica na região Norte do Brasil tendo como sua capital a cidade de Belém a sigla PA, o segundo maior estado do País em extensão territorial e mais povoado da região Norte, possui uma extensão territorial de 1.247.954,320, limita-se ao centro leste da região Norte.

Ao Norte o Suriname e o Amapá; a leste o Maranhão e Tocantins, ao Sul, Mato Grosso, a nordeste o oceano Atlântico e noroeste Guiana e Roraima, apresenta 144 municípios, sua população é de 8,1 milhões de habitantes, com base na estimativa do IBGE no ano de 2015.



Figura1: Mapa do Estado do Pará

Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre (2019)

Pode-se dizer que a ocupação do território que hoje corresponde ao Estado do Pará só se consolidou em 1616, após a fundação do Forte do Presépio. O qual mais tarde foi batizado como Forte do Castelo e está localizado na baía de Guajará.

A cidade de Oriximiná é um município brasileiro do estado do Pará que se localiza a $01^{\circ}45'56''$ de latitude sul e $55^{\circ}51'58''$ de longitude oeste, apresenta uma altitude de 46 metros acima do nível do mar.

Apresenta uma extensão territorial de 107.602,99, apresenta ser maior que os países como Portugal, Dinamarca e Coreia do Sul.

O Estado do Pará está localizado na região Norte do país e pertencem à mesorregião Baixa Amazonas e a microrregião Óbidos.

A cidade de Oriximiná é banhada pelo rio Trombetas possui uma área de 107.603,992 km² tem uma população estimada de 62.963 habitantes (IBGE, 2010). A sede municipal limita-se ao Norte com a Guiana Francesa e Suriname ao Sul com o município de Óbidos ao Leste com os municípios de Juruti e Terra Santa a Oeste com o município de Faro e o Estado de Roraima (Plano de Saneamento do Município de Oriximiná, 2013) como mostra a figura abaixo.

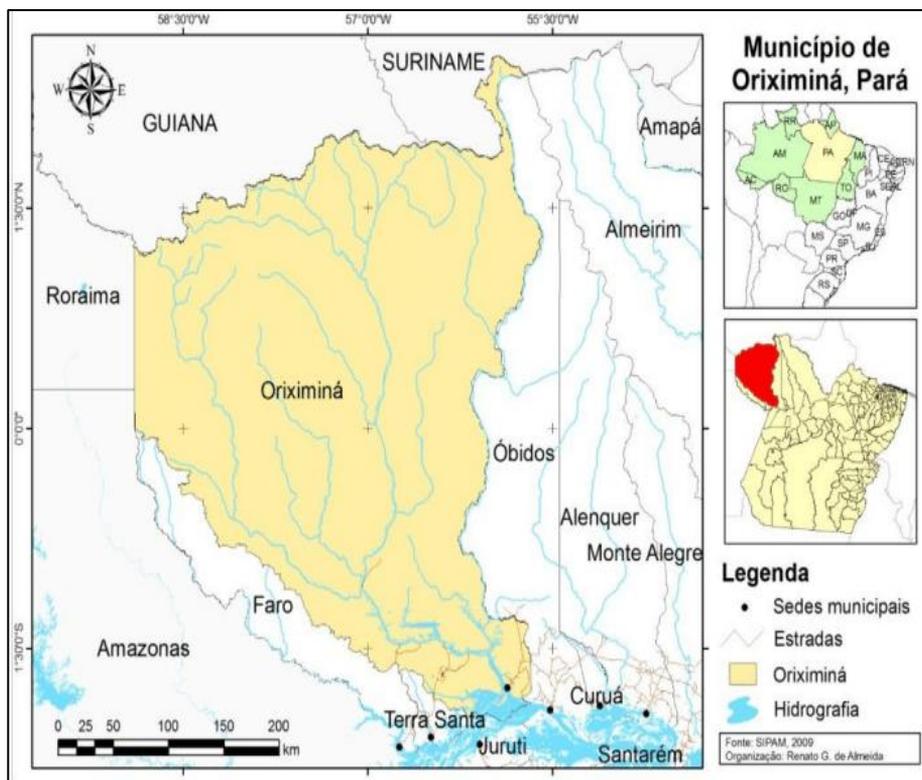


Figura 2: Mapa do Município de Oriximiná
 Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre (2019)

Sua formação se deu através da lei nº 1 288, de 11 de dezembro de 1886, foi elevada à categoria de freguesia, com o nome de Santo Antônio do Uruá-Tapera, por Joaquim da Costa Barradas, presidente da então província do Grão-Pará.

Em 9 de 9 de junho de 1894, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Oriximiná pela Lei n.º 174.

E na data de 5 de dezembro de 1894, foi oficialmente instalado com a posse do intendente Pedro Carlos de Oliveira. Porém, no dia 3 de abril de 1900 por desentendimentos políticos, foi extinto como município pela lei n.º 729, sendo seu território anexado ao município de Óbidos.

E finalmente elevado à categoria de município, com a restauração da emancipação, com a denominação de Oriximiná, pelo decreto estadual n.º 1.442, de 24 de dezembro de 1934.

Para preservar os nomes das escolas usou-se nomes fictícios, como: “A” Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Maria, “B” Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Pastor, “C” Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha

As três escolas funcionam de segunda a sexta feira, com os seguintes nos turnos vespertino e diurno com a entrada das 19h. e uma apenas no turno vespertino.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha é uma escola de grande porte, construída em alvenaria, com muro em volta da área de 6.580 metros quadrados que constituem seu terreno, sendo 47 metros iniciou suas atividades escolares no dia 01 de abril de 1987, contendo dois pavilhões com quatro salas de aula cada uma com, capacidade para quarenta e cinco alunos; um pavilhão administrativo com sala para diretoria, supervisão, sala de professores e secretaria; uma copa/cozinha e uma área coberta muito pequena.

Possuindo oito salas de aula, a escola pôde funcionar normalmente com 320 alunos por turno a que garante 640 vagas para alunos de 1ª a 4ª série nos turnos matutino e vespertino, sendo constituída de alunos regularmente matriculados, sendo 670 destes matriculados no Ensino Fundamental de primeiro ao quinto ano no período diurno, sendo 331 no turno matutino e 339 no turno vespertino e 230 na modalidade Educação de Jovens e Adultos de primeira à quarta etapa, no período noturno. A escola apresenta apenas 14 alunos com deficiências matriculados no ensino regular os quais são atendidos no Atendimento Educacional Especializado AEE na escola Bom Pastor.

A segunda é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha que está localizada na periferia da cidade próxima a várias áreas de invasão como o Penta e São Lázaro. Funcionando desde o ano de 2014 com o ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), a mesma funciona em três turnos e com aproximadamente 742 alunos. Nos turnos da manhã e tarde funciona o ensino fundamental e EJA.

A escola tem um diretor e dois vices - diretores, dois coordenadores pedagógicos, uma (01) sala da direção, uma (01) secretaria, sala dos professores, sala multimídia e biblioteca, cozinha e quadra de esportes. Dos seus 28 professores apenas 10 responderam ao questionário. É uma da escola que contém o maior número de alunos com deficiências matriculados no ensino regular.

A terceira escola Bom Pastor, foi criada pelo Decreto Nº 023/91 que em seu Art. 3º.- sanciona a fundação da Escola na data de 01 de abril de 1975. Atualmente a Escola “Bom Pastor”, funciona com 50 funcionários para atender uma clientela de 632 alunos, na faixa etária de 08 a 38 anos, distribuídos em 2 turnos. No turno da manhã com 09 turmas do 3º ao 9º ano, e 01 turmas de EJA, no turno da tarde com 8 turmas do 6º ao 9º ano, 02 turmas de EJA, totalizando 20 turmas. A escola consta em um prédio de

alvenaria, compreendendo 22 (vinte e duas) dependências distribuídas em 04 (quatro) pavilhões. A Escola conta também com uma quadra para esportes coberta e com arquibancada, uma e uma área livre com uma quadrada de areia.

Na entrada da escola, encontra-se uma passarela que faz ligação com o primeiro pavilhão. Nesse pavilhão, encontra-se, ao lado direito de quem entra, 02 (duas) dependências, sendo 01(uma) copa, (01) depósito de merenda escolar, 01(um) banheiro masculino e 01(um) banheiro feminino, ambos com 06 vasos sanitários. Na lateral à esquerda desse pavilhão, encontra-se 01 (uma) sala para os professores com 01(um) banheiro, 01(uma) sala de apoio à leitura, 01 (uma) sala para Diretoria, 01 (uma) sala para coordenação pedagógica e 01(uma) sala onde funciona a secretaria.

No segundo Pavilhão: 01(uma) sala para o Novo Mais Educação, 01(uma) sala Multifuncional, 01(uma) sala de aula, 01(uma) sala Multimídia, 01(uma) sala para as aulas teóricas de Educação Física e 01(uma) sala de Projetos. No terceiro Pavilhão 06(seis) salas de aulas e no quarto Pavilhão 05 (cinco) salas de aula. Essas dependências estão interligadas por passarelas permitindo o acesso. Na entrada encontra-se uma área coberta, utilizada para realizações de eventos. Esta área coberta está anexa ao primeiro pavilhão que liga aos demais da escola.

A Escola é cercada por muro, sendo que uma parte dele, a que fica na frente é gradeado, permitindo aos transcendentais uma bela visão da escola. Na entrada, encontra-se uma placa com a denominação da escola. A mesma está em funcionamento a 43 anos, localizada nos bairros adjacentes da cidade. Dos 20 profissionais desta escola apenas 10 se dispuseram a responder ao questionário. A referida escola tem em sua folha de matrícula 40 alunos deficientes (PCD) matriculados no ensino regular.

Contudo, podemos também definir que as famílias auto definidas como parda e branca concentrada nos bairros dessa comunidade local são filhos de moradores que trabalham em práticas como domésticas, autônomos, e uma pequena parte empregados pela prefeitura, e uma boa parte são famílias que dependem de benefícios com a bolsa família.

Diante disso, sabemos que a formação é contínua e recíproca.

De acordo com o grande pensador e filósofo Paulo Freire

“É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem, que se pode melhorar a próxima prática”.

3.3 Questões de Investigação

Considerando que o processo de ensino aprendizagem dos alunos deficientes matriculados nas salas de aulas regulares nas escolas do município de Oriximiná no estado do Pará e fortemente marcado pelas Política Nacional de Educação Inclusiva no Brasil, pela Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Secretaria de Educação do Municipal (SEMED) de Oriximiná-Pará, as seguintes perguntas se coloca como questões de investigação:

- Como tem sido a formação dos professores das classes regulares para lidar com alunos com deficiências no município de Oriximiná - Pará?
- Quais as dificuldades destes professores em lidar com esses alunos?
- Quais os procedimentos pedagógicos de apoio aos deficientes são desenvolvidos pelas escolas do município?

3.4 Objetivos

3.4.1 Geral

Analisar as dificuldades da prática pedagógica e os procedimentos utilizados de apoio dos docentes perante os alunos deficientes matriculados nas salas de aulas regulares Município de Oriximiná-Pará/ Brasil.

3.4.2 Específicos

1. Verificar a formação dos docentes se estão em conformidade a Lei nº 2394/96 LDBN.
2. Verificar as práticas pedagógicas em conformidade a Lei nº 2394/96 LDBN dos docentes perante o desenvolvimento do ensino aprendido dos alunos deficiente incluso na escola.

3. Analisar o espaço escolar em que o aluno deficiente está inserido.
4. Investigar as dúvidas e anseios que os profissionais da educação possuem em relação sobre a inclusão.
5. Analisar o Plano Municipal de Educação (PME)

3.5 Definições da hipótese

A pesquisa que fundamenta esta dissertação partiu das hipóteses, que a educação é um elemento fundamental para a construção de uma cidadania plena e efetiva. No entanto não é apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, pensada num sistema geral que a incluir. Discutir essa temática implica, também, referenciar aspectos legais que a abranjam, pois, a educação é um direito garantido por lei a todas as pessoas.

Portanto faz-se necessário nessa tese, dirigi especificamente ao direito da pessoas com deficiência, expressos em leis no âmbito nacional, como na Constituição Federal de 1988 e na Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN, as mudanças na legislação, no entanto, os professores passaram a dar atendimento aos alunos com deficiência matriculados nas salas de aulas regulares nas escolas municipais, ainda que tenha ocorrido grande descompasso entre a reforma legal e a revisão do sistema de capacitação docente para colocá-la em prática,

Segundo Michels (2006), discorre que de fato, muitos cursos de formação docente no Brasil nem sequer apresentam em seu currículo conteúdos especificamente relacionados à inclusão.

O artigo 208, inciso III, que faz referência ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, quando declara que o dever do Estado em garantir a educação será efetivado mediante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Lei n.9394, 1996).

Segundo Motta (1997, p.182), “Esse dever é consequência da conscientização, cada vez maior, da importância de se respeitar as diferenças individuais e o direito à igualdade de oportunidades”. Podemos dizer que no inciso III do artigo 208 é o resultado

de uma crescente evolução no tratamento que a sociedade vem dispensando a pessoa com de deficiências.

Entende-se que a formação dos futuros professores, não apenas daqueles já atuantes, também deve ser discutida.

É importante que se volte especificamente à educação especial, pois observa-se à necessidade de ser estabelecidas diretrizes claras nos cursos de pedagogia e licenciaturas sobre os conteúdos mínimos a serem oferecidos, de modo que sejam formados professores com habilidades para lidar com a inclusão da diversidade na sala de aula.

O art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44).

Para efetivar a real aplicação do Parecer CNE/CEB nº 04/2002, cujo assunto de interesse é a “Recomendação ao Conselho Nacional de Educação que tem por objeto a educação inclusiva das “pessoas com deficiência”, tratando exatamente do respeito às diferenças.

O art. 58. § 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). (Parecer n. 04, 2002).

Devendo salientar que o Plano Nacional de Educação (PNE) tem como finalidade instituir marcos legais que determine os rumos do sistema educacional brasileiro, em todos os seus níveis. Constata que, esse documento contempla a educação especial em todos seus aspectos.

Embora tenham sido um grande desafio faz-se necessário que as escolas estejam preparadas desde sua infraestrutura até seu corpo docente e que principalmente tenha apoio e recurso para que a educação inclusiva de fato aconteça, pois sabemos e conhecemos a dificuldade das escolas e seus docentes em termo de recursos e apoio de pessoas especializada na área.

3.6 Característica da Análise

Foi necessário combinar métodos quantitativos com qualitativos, a pesquisa buscou casos a partir referencial geral e estatístico, além das dimensões qualitativas de cunho contextual e teórico. No entanto, foram utilizados quatro filtros.

Primeiro foi realizada uma análise no projeto político pedagógico (PPP) das escolas. Pois o Projeto Político Pedagógico (PPP) é a peça fundamental no planejamento das instituições de ensino em seus vários níveis e modalidades. É o PPP que irá demonstrar o que a escola idealiza as suas metas, objetivos e possíveis caminhos para atingi-los.

“a elaboração dos projetos políticos pedagógicos se intensificou no Brasil após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que em seus artigos 12, 13 e 14 estabeleceu a obrigatoriedade de uma proposta pedagógica para as escolas de educação básica. A mesma legislação deixa claro o caráter político da escola, pois de agregar como seu principal papel a formação de cidadãos”. (Lei n.9394, 1996).

Considerando que o papel da gestão escolar tem uma relação importante com o que é realizado na escola.

Quanto aos procedimentos, de acordo com Lehfeld (1991) conceitua a pesquisa como sendo a inquirição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade.

Por tanto faz-se necessário interrogar um determinado número de indivíduos para chegar ao objetivo de estudo, que foram os professores, gestores das escolas (diretor, pedagogos).

A escolha de procedimento se dá devido à grande problemática educacional no cenário brasileiro atualmente e as possíveis buscas de respostas ao fenômeno investigado. Os resultados aqui alcançados serão de caráter fiel trazendo dados que o investigador desconhecia e anseia conhece-los, mediante a essa investigação busca um caráter qualitativo e quantitativo através dos resultados encontrados.

3.7 Instrumentos de coleta e análise de dados

Por meio desta ferramenta, foram selecionadas 03 escolas públicas, Tendo como base de seleção e hipótese.

O segundo filtro usado, foi de selecionar as escolas, o terceiro filtro foi, para fazer a escolha do ponto por maior número de alunos deficientes matriculados.

Por último adotar o quarto filtro: o de analisar uma variável mais diretamente vinculada a prática pedagógica dos docentes e a gestão escolar. Diretamente ao diretor, que é maior a liderança.

Mediante a esse contexto a investigação também será pautada nos questionários, com finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados e a análise de documentos, com o propósito de contextualizar o fenômeno, explicitar sua veracidade e completar as informações coletadas através de outras fontes.

Nessa perspectiva de integrar um conjunto de técnicas complementares no processo de análise de dados, prevê-se o tratamento das informações prestadas através dos questionários, das observações além dos documentos internos das escolas a qual possam ajudar a ter uma base de dados que possibilite uma descrição verdadeira do material coletado. Diante do exposto finalmente destacaremos que a análise de dados será feita para atender aos objetivos do estudo, buscando assim confirmar ou refutar os pressupostos da pesquisa, os quais se constituirão durante todo o processo de investigação, com vistas à elaboração do relatório final.

Por meio desta ferramenta, serão selecionar 30 professores e 3 gestores das escolas que são constituídas três escolas públicas de ensino fundamental a qual uma de 1º ao 5º ano do fundamental e duas atendem de primeiro ao nono ano do fundamental e a Educação de Jovens e Adultos EJA.

As quinze questões foram claras e objetivas, elaboradas segundo a temática abordada, onde se preocupou em manter as mesmas perguntas para todos os participantes, sem manipulação das mesmas.

Os questionários foram entregues aos gestores de cada escola, o qual entregou ao Coordenador Pedagógico, este analisou os questionários e os entregou aos docentes que tiveram o prazo de uma a duas semanas para devolver os questionários devidamente preenchidos.

Sendo de cunho exploratória, as investigações permitiram identificar como as escolas vem incluindo os alunos deficientes nas turmas regulares e como preparam os docentes a trabalhar com essa clientela.

Através das informações colhidas, realizou-se uma análise descritiva das respostas, levando em consideração as particularidades de cada um, bem como o nome idade e tempo que vem trabalhando com essa clientela.

A proposta da dissertação é avaliar como as práticas docentes com relação ao ensino aprendido dos alunos deficientes matriculados nas escolas regulares de Oriximiná Pará.

Por tanto a análise de dados deve ser feita para satisfazer os objetivos do estudo, buscando confirmar ou refutar os pressupostos da pesquisa. Assim, todos os momentos do trabalho investigativo deram-se de acordo com os referenciais teóricos que fundamenta, o que se construiu durante todo o processo, a elaboração do relatório final.

3.8 Dimensão e Critérios de Seleção da Amostra

De acordo com Fonseca (2002),

a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real. (Fonseca, 2002, p. 23)

Por isso é necessário interrogar um determinado grupo de indivíduos para chegar ao objetivo de estudo, nesse caso são os professores e gestores das escolas (diretor, pedagogos), onde buscamos as respostas as nossas interrogações que servirão de norteamento para o desenvolvimento da dissertação.

A escolha desse procedimento se dá devido à grande problemática atualmente diante do cenário educacional brasileiro. Os resultados alcançados serão de caráter fiel trazendo dados que o investigador desconhecia e anseiam conhecer, com isso está investigação tem um caráter qualitativo e quantitativo através dos resultados encontrados.

A realização deste estudo teve como sujeitos de pesquisa os, professores, gestores, coordenadores pedagógicos. Corroborando com a pesquisa, os gestores e professores veem recebendo formação sobre a Educação para melhoria de suas práticas

escolares de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Constituição de 1988. Destes, 33 responderam ao questionário.

Da mesma forma dos gestores os professores foram selecionados de 1º ao 9º ano do fundamental atuantes de sala de aula das escolas Santa Maria, Bom Pastor e Santa Terezinha.

3.9 Ética da Pesquisa

A pesquisa quanto a natureza utilizada para essa dissertação foi do tipo aplicada, onde Campos (2001), trata-se na maioria dos casos, de uma análise pessoal e subjetiva das informações contidas nas respostas dos sujeitos. Este tipo de pesquisa permite compreender o problema no meio em que ele ocorre, sem criar as situações artificialmente, as quais mascaram a realidade ou levam a interpretações ou generalizações equivocadas.

Pode-se dizer que essa dissertação buscou durante todo o seu desenvolvimento textual, tratar com ética a pesquisa e considera-la como prerrogativa principal, permeando todo o trabalho do pesquisador.

3.10 Procedimentos Estatísticos

Parar analisa do processo de dados da pesquisa, foi utilizando ferramentais estatísticas, consolidadas por meios de tabelas e gráficos de acompanhamento do tipo coluna, onde foram analisadas e interpretadas, com foco nas teorias levantadas sobre o tema.

Dessa forma a análise de conteúdo é um processo de investigação utilizado na análise textual do material qualitativo diante do foco da pesquisa, por meio da tabulação de dados obtidos nas entrevistas.

No termino da coleta dos dados das informações através dos questionários, foi realizado a análise de conteúdo com o objetivo de realizar a investigação, o qual foi usado para utilização das técnicas de análise textual, com a finalidade de quantificar o material qualitativo focado nos objetivos da pesquisa, utilizando a categorização e tabulação dos dados computados durante a pesquisa.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, foi realizado a etapa da a caracterização global do universo da amostra, onde estaremos apresentação dos gráficos referentes as questões dos questionários e o tratamento dos mesmos. Estes dados serão analisados e posteriormente faremos a sua interpretação e descrição no capítulo seguinte.

4.1 Análise dos Dados

Inicialmente para conhecer o perfil dos entrevistados foram disponibilizados três campos para resposta: por sexo, idade e cursos de formação. Do total foram 33 entrevistados entre gestores e docentes, das escolas.

1º – Pergunta sobre o índice de participação por sexo na pesquisa

Gênero	Masculino	Feminino
Santa Maria	12%	88%
Bom Pastor	9%	91%
Santa Terezinha	9%	91%

Tabela 1. Índice de participação por sexo na pesquisa

Fonte: O autor

Sendo que os entrevistados do sexo masculino somam um porcentual de 30% e do sexo feminino 70% dos interrogados, como demonstra a Tabela 1:

2º – Pergunta sobre o Índice de participação por idade na pesquisa

Quanto à idade dos entrevistados a maioria está da faixa etária entre 20 a 39 anos, o que corresponde a um percentual de 0%, entre 40 a 59 anos somam um percentual de 100%, dos entrevistados.

Faixa Etária	20 -39 Anos	40 - 59 Anos
S. Maria	0%	100%
Bom Pastor	0%	100%
S. Terezinha	0%	100%

Tabela 2. Índice de participação por idade na pesquisa

Fonte: O autor

3º – Pergunta sobre o Índice de formação de gestores, docentes

Formação	Ens. Médio	Superior	Especialização
Santa Maria	20%	90%	0%
Bom Pastor	0%	100%	0%
Santa Terezinha	20%	90%	0%

Tabela 3. Índice de formação de gestores, docentes e pais

Fonte: O autor

Quanto a sua formação dos gestores e docentes, verificou-se que apenas 7% apresentam apenas o ensino médio, ou seja, o Magistério e 93% com nível superior em outras áreas como: pedagogia, matemática, ciências naturais, letras, História, Geografia e Língua Inglesa. Dos entrevistados.

Sendo que conforme o exigido pela LDB. Para o exercício da docência na Educação Básica, fundamenta-se, do ponto de vista legal, no artigo 62 da Lei 9394/96, a seguir transcrito:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do

magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

4º – Pergunta sobre o Índice de tempo de serviço dos gestores e docentes

Tempo de Serviço	10 - 19	20 - 29	30 - 39
Santa Maria	20%	90%	0%
Bom Pastor	40%	40%	20%
S. Terezinha	40%	40%	20%

Tabela 4. Índice de tempo de serviço dos gestores e docentes

Fonte: O autor

Quanto o tempo de serviço dos gestores e docente apresentam, 6% entre dez a dezenove anos, 12% entre vinte e vinte e nove anos e 82% apresenta o tempo de serviço entre trinta a trinta e nove anos na educação do município de Oriximiná.

Para aprofundar no tema deste estudo, foram apresentadas as questões com a finalidade de obter um parecer acerca do objetivo da pesquisa.

5. Pergunta sobre o índice de participação de professores por Série.

abela: 5. Índice de participação de professores por Série

Série que atua	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	EJA
Santa Maria	4	1	1	1	4	1	1	0	1	0
Bom Pastor	0	0	1	2	0	2	2	3	3	2
S. Terezinha	1	3	2	2	1	1	2	1	1	0

Fonte: O autor

Os docentes entrevistados são cinco (05) professores do 1º ano, quatro (04) do 2º ano, quatro (4) do 3º ano, cinco (05) do 4º ano, cinco (05) do 5º ano quatro (04) de 6º ano, cinco de (05) de 7º ano, quatro (04) de 8º ano, cinco de (05) de 9º ano e dois (02) de EJA como demonstra a tabela 3 acima. Pois alguns professores lecionam de com 3º ano e hora aula nos 6º e 9º anos e também no ensino de jovens e adultos EJA. Como mostra a tabela 3 acima

**Pesquisa de campo para verificar a opinião dos professores sobre a Educação
Inclusiva nas escolas “A e B”**

Questão para análise - CNE/CEB RESOLUÇÃO DE Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001(CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40).

Questão 1

No seu Art. 59 § 1º São considerados *professores capacitados* para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

Formação	Ens. Médio	Superior	Especializaçã o
Santa Maria	20%	90%	0%
Bom Pastor	0%	100%	0%
Santa Terezinha	20%	90%	0%

Tabela 6. Índice de formação dos docentes
Fonte: O autor

Os professores entrevistados são concursados e funcionários da prefeitura municipal, suas formações são em; 7% apresentam apenas o ensino médio, ou seja, o Magistério e 93% com nível superior em outras áreas como: pedagogia, matemática, ciências naturais, letras, História, Geografia e Língua Inglesa. Como demonstra a tabela 4 acima.

Sendo que conforme o exigido pela LDB. Para o exercício da docência na Educação Básica, fundamenta-se, do ponto de vista legal, no artigo 62 da Lei 9394/96, a seguir transcrito:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

De acordo com os entrevistados a gestão e os professores apresentam baixa formação e conhecimento para trabalhar com essa clientela como está previsto na resolução 02/11.

Questão **2**

Alunos deficientes	Quantidade
S. Maria	14
Bom Pastor	40
S. Terezinha	42

Tabela 7: Número de alunos com deficiência por escola
Fonte Autor.

O que se observa nas três escolas que onde foi realizada a pesquisa em relação à quantidade de alunos com deficiência matriculados nas referidas escola são de 14 alunos PCD na escola Santa Maria, 40 alunos PCD na escola Bom Pastor e 42 alunos PCD na escola Santa Terezinha observou-se que as escolas Santa Terezinha e Bom Pastor são as escolas que mais possui alunos PCD matriculados no ensino regular. Como demonstra a tabela 6 acima.

Conforme preveem a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no seu Art. 58.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Observou-se que as turmas que apresentam alunos deficientes matriculados obedecem a portaria de lotação para um aluno deficiente matriculado na rede de ensino é menos três alunos sem deficiência matriculados.

Tipo de Deficiências	Santa Terezinha	Bom Pastor	S. Maria
Mental leve	10	4	10
Mental Moderado	5	7	0
Mental Severo	10	3	0
Autismo Leve	2	2	2
Autismo Moderado	3	2	0
Autismo Severo	3	2	0
Síndrome de Dwon	0	3	1
Física	5	4	1
Baixa Visão	1	1	0
Cego	2	0	0
Surdo/Mudo	0	0	0
TDAH	1	2	0
Múltiplas	0	10	0

*Tabela 8: Índice de quantidade de alunos deficientes por tipo de deficiência nas escolas.
Fonte Autor.*

A escola Santa Terezinha apresenta 42 alunos PCD com as seguintes deficiências: Mental leve dez (10), mental moderado cinco (05) alunos, mental severo dez (10) alunos, Autismo leve dois (02) alunos, autismo moderado três (03) alunos, autismo severo três (03) alunos, física cinco (05) alunos, baixa visão um (01) aluno, cego dois (02) alunos, TDAH um (01) aluno.

A escola Bom Pastor tem em sua folha de matrícula 40 alunos PCD, com as seguintes deficiências; Mental leve quatro (04), mental moderado sete (07) alunos, mental severo três (03) alunos, Autismo leve dois (02) alunos, autismo moderado dois (02) alunos, autismo severo dois (02) alunos, física quatro (04) alunos, baixa visão um (01) aluno, TDAH dois (02) alunos, síndrome dwon três (03) alunos, múltiplas dez (10) alunos.

Porém a escola Santa Maria apresenta apenas 14 deficientes matriculados na referida escola com as seguintes deficiências; Mental leve dez (10) alunos, Autismo leve dois (02) alunos, síndrome dwon um (01) alunos, física um (01) aluno. Todas esses

alunos matriculados na rede regular são atendidos no atendimento educacional especializado A.E.E. Como demonstra a tabela 7 acima.

Art. 11. Recomenda-se às escolas e aos sistemas de ensino a constituição de parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo.

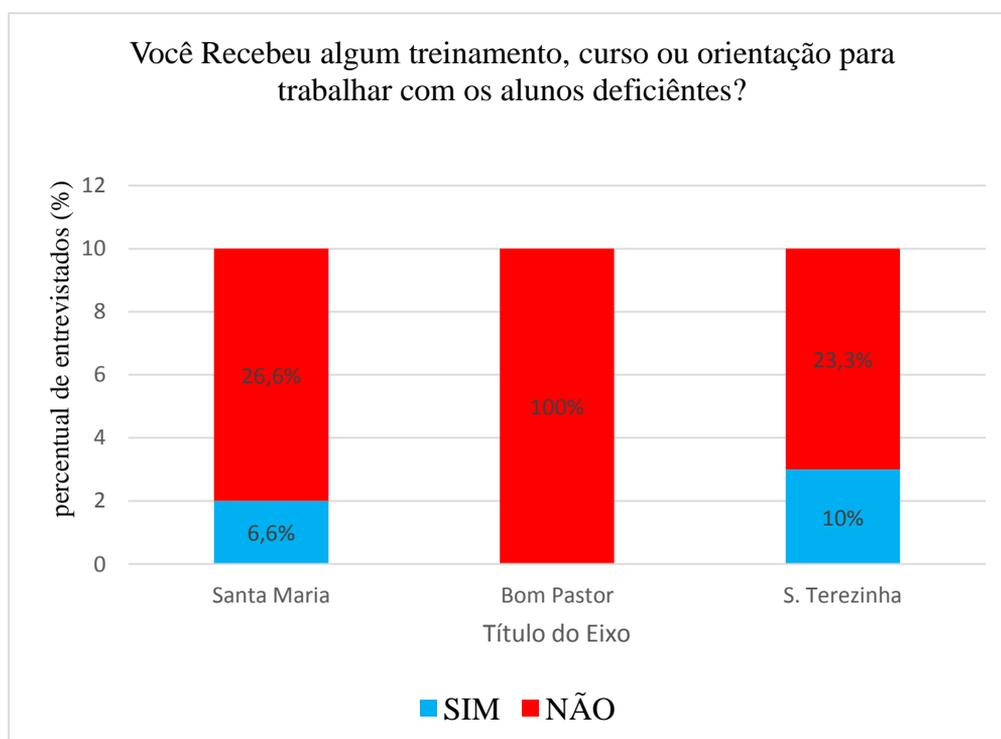


Figura 3. *Você recebe algum treinamento, curso ou orientação para trabalhar com os alunos deficientes?*

Fonte: O autor

Diante da preparação dos docentes para receber e ensinar os alunos com deficiências em sala aula regular observou-se que os docentes da escola Santa Maria com 26,6%, os docentes da Santa Terezinha 23,3%, e os docentes da escola Bom Pastor com 100% não receberam nenhuma formação adequada para trabalhar com esses alunos em sala de aula. Porém 6,6% dos docentes da escola Santa Maria, 10% os docentes da escola Santa Terezinha, afirmaram que receberam um curso de formação do programa arumã: aperfeiçoamento na educação especial. Como demonstra o gráfico acima.

De acordo com os entrevistados os gestores e professores das escolas pouco recebem formação continuada para a educação Inclusiva conforme a legislação.

5. Garantir, a partir da vigência desta Lei, formação inicial e continuada aos profissionais da educação, que contemple a temática Educação Inclusiva em seus componentes curriculares e nas suas metodologias, a fim de melhorar a prática inclusiva dos profissionais da rede municipal de ensino; (PME, pág. 7, 2009 a 229)

Questão 3

Art. 15. A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

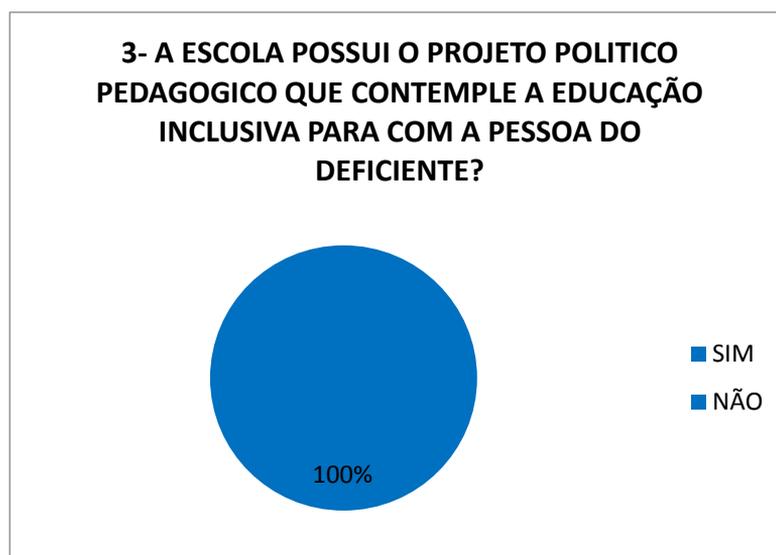


Figura 4. A escola possui o Projeto Político Pedagógico que contempla a educação inclusiva para com a pessoa do deficiente?
Fonte: O autor

De acordo com os entrevistados a escola possui “sim” o PPP, mas precisa atualizar e adequar para atender as necessidades especiais educacionais.

(PME, pág. 69, 2009 a 229) A prática pedagógica e o exercício docente são questionados constantemente pela sua forma convencional de educação. Nessa perspectiva, a escola e o seu projeto político, as diretrizes curriculares, os

conselhos que compõem a escola, as parcerias com a comunidade escolar e local, precisam ser revistos e reformulados visando à melhoria na qualidade da educação para todos.

Questão 4

Art. 2 Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

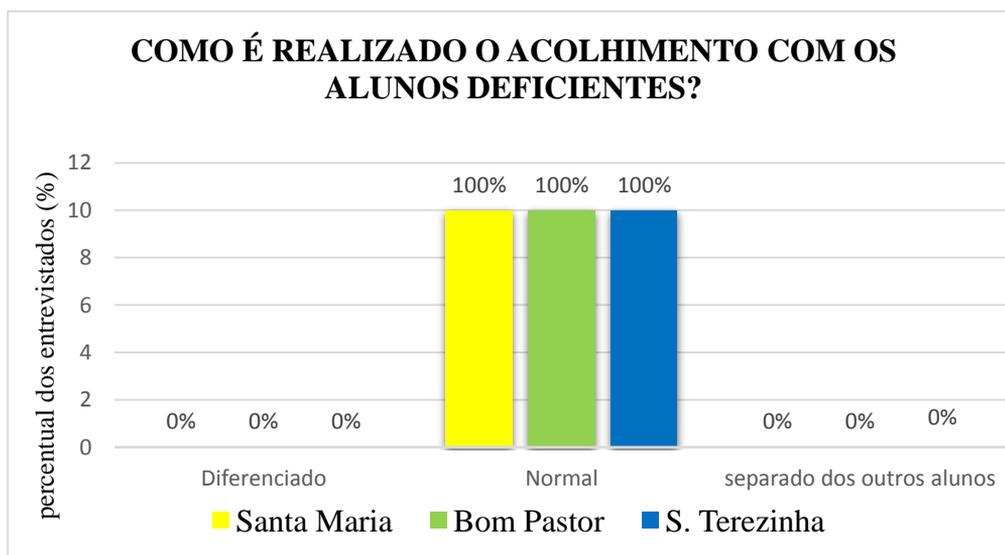


Figura 5. Como e realizado o acolhimento com os alunos deficientes?

Fonte: O autor

Segundo Almeida, ao receber alunos deficientes nas salas de aulas não significa inclusão pois há necessidade do preparo dos docentes para conhecer o tipo de deficiências e sua história de vida dos alunos PCD.

Pois se faz necessário o envolvimento dos gestores, pedagogos e principalmente das políticas públicas e privadas, bem como a formação dos docentes envolvidos, pois a educação inclusiva não restringe apenas ao professor de salas de aula, mas sim a todos envolvidos diretamente na comunidade escolar.

No entanto a pesquisa demonstra que os docentes da escola Santa Maria, Bom Pastor e Santa, Terezinha, 100%, recebem esses alunos PCD de forma normal como se esses fossem alunos sem deficiência ou seja são inclusos na sala regular, não buscam

fazer a interação com os demais alunos e nem se preocupam em conhecer suas histórias de vidas.

Percebe-se nitidamente que a escola ainda tem um pensamento que educação inclusiva é apenas matricular os alunos deficientes nas salas de aulas regulares. Como mostra o gráfico acima.

De acordo com os entrevistados recebem esses alunos PCD de forma normal como se esses fossem alunos sem deficiência, ou seja, são apenas matriculados na sala regular, não buscam fazer a interação com os demais alunos e nem se preocupam em conhecer suas histórias de vidas.

Questão 5

Art. 8º IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

- a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

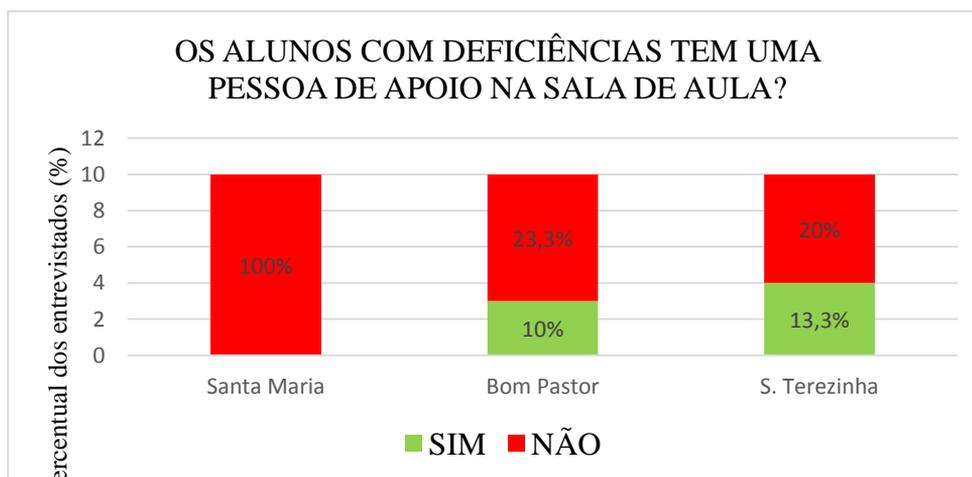


Figura 6. Os alunos com Deficiência têm uma pessoa de apoio na sala de aula?

Fonte: O autor

Vale salienta que o processo da inclusão escolar, faz-se necessário que exista para os alunos que necessitam de auxílio e mediação em tempo integral dentro das salas de aula um professor de apoio para esse aluno.

Pois segundo Pelosi e Nunes (2009),

Alunos com déficits motores e intelectuais mais graves muitas vezes não são capazes de falar para responder às solicitações do professor, não escrevem com autonomia e são dependentes em sua mobilidade e autocuidado, mediante a essa

realidade é primordial a ajuda de um professor de apoio exclusivo para esse aluno.

Infelizmente nas escolas as quais foi realizada a pesquisa na escola Santa Terezinha 10%, na escola Bom Pastor, 13,3%, apresentam ter um profissional de apoio para os alunos que necessitam. Porém na escola Santa Maria nem dos alunos com necessidade educacional possui esse profissional de apoio, na escola Bom Pastor, 23,3%, na escola Santa Terezinha 20%, dos alunos PCD dessas escolas não precisam desse profissional de apoio. Como mostra o gráfico acima.

Pesquisa de campo para verificar a opinião dos professores sobre a Educação Inclusiva nas escolas “A e B”

Questão 1

A Primeira questão trata de uma análise a respeito do Art. 8º VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

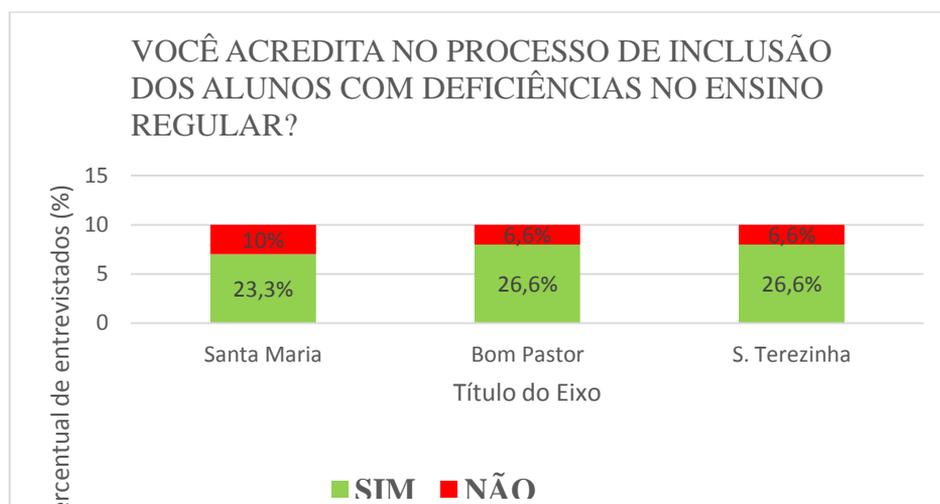


Figura 7. *Você acredita no processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular?*

Fonte: O autor

De acordo com a Figura 9, a maioria dos entrevistados, das escolas, Santa Maria 10% não acreditam no processo de inclusão dos alunos PCD, e 23,3% afirmam que sim. Os docentes da escola Bom Pastor e Santa Terezinha 6,6% não acreditam na inclusão dos alunos PCD na rede regular e 26,6% acreditam que é possível essa inclusão.

Com base nos dados apresentados percebe-se a importância da formação e conhecimento do assunto dos professores o contexto da educação inclusiva para trabalharem com esses alunos.

Plano municipal de educação de Oriximiná (pág., 70 de 2009 a 229).

Verifica-se, muitas vezes, a resistência e, em alguns casos, desconhecimento dos profissionais da educação sobre a política de educação inclusiva. Observa-se também que há dificuldades dos profissionais em avaliar e identificar o educando com necessidades educacionais especiais e propor uma ação pedagógica voltada para as possibilidades e não para as limitações. É necessário haver mais investimento na formação dos professores das classes regulares em relação à educação especial.

Faz-se necessário mais investimento na formação dos profissionais de educação tanto da gestão ao docente, pois sem conhecimento na área não há inclusão

Questão 2

A segunda questão trata de uma análise do **Art.15**. A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

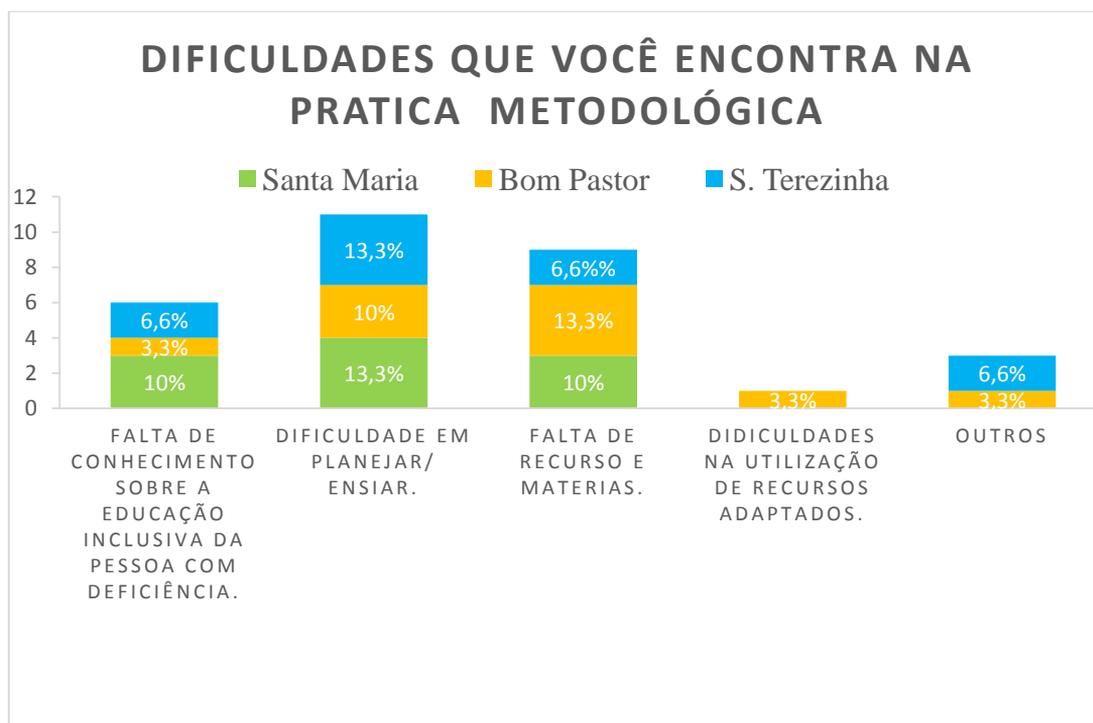


Figura 8. *Dificuldades que você encontra na prática metodológica?*

Fonte: O autor

De acordo com a Figura 11, a maioria dos entrevistados três escolas; escola Santa Maria 10%, Bom Pastor 3,3% e Santa Terezinha apresentaram 6,6% afirmaram que encontram dificuldades na prática metodológica por falta de conhecimento sobre a educação Inclusiva.

A segunda pergunta a escola Santa Maria 13,3%, a escola Bom Pastor 10% e a escola Santa Maria 13,3 % apresentaram dificuldades em planejar e ensinar.

Na terceira pergunta os docentes afirmam que uma das dificuldades na prática metodológica é a falta de recursos/ matérias; apresentando um percentual de 6,6% os docentes da escola Santa Terezinha, 13,3% os docentes da escola Bom Pastor e 10% os docentes da escola Santa Maria.

Na quinta pergunta os docentes afirmam que tem dificuldades na utilização de recursos adaptados como formular provas e atividades adaptadas para os alunos com deficiências, demonstrando assim 3,3% os docentes da escola Bom Pastor.

Na sexta pergunta que se refere aos outros como falta de apoio das pessoas especializada na área e acompanhamento pedagógico para ajudar os docentes na prática

metodológica com esses alunos, demonstrando assim o percentual; a escola Santa Terezinha com 6,6% e a escola Bom Pastor com 3,3%.

Com base nos dados apresentados percebe-se que os professores não são habilitados para sua atuação em sala de aula com esses alunos e não houve uma readaptação no currículo muito menos no projeto político pedagógico das escolas.

É importante abordar que no plano municipal de educação (PME) na página 70, que:

É necessário haver mais investimento na formação dos professores das classes regulares em relação à educação especial. Em princípio, todos os professores deveriam ter conhecimento da educação de alunos especiais

Questão 3

A terceira questão trata de uma análise a respeito do Art. 18. da resolução 02/2012 - I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II - Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

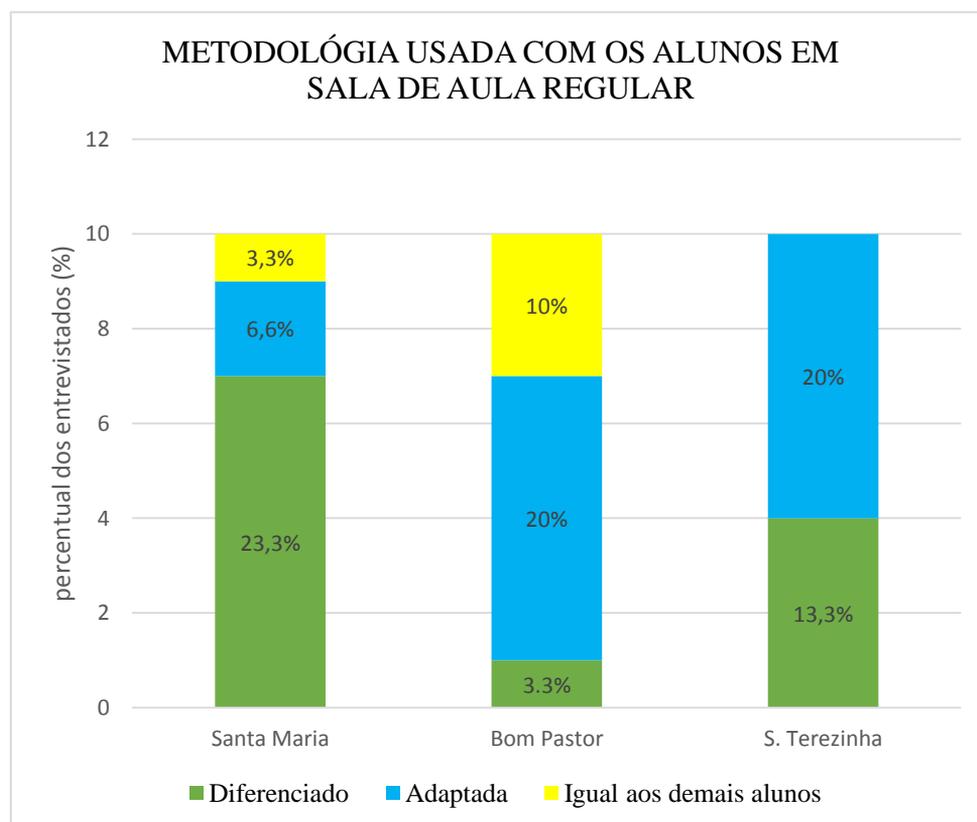


Figura 9 *Metodologia usada com os alunos em sala de aula regular?*
Fonte: O autor

De acordo com a Figura 11, dos entrevistados das escolas, Santa Maria com 23,3%, a escola Bom Pastor com 3,3%, e escola Santa Terezinha com 13,3%, os docentes utilizam com os alunos com necessidades educacional metodologia diferenciadas, porém a escola Santa Maria apresenta 6,6%, a escola Bom pastor e Santa Terezinha com 20% dos docentes trabalham com metodologia adaptadas para com os alunos deficientes.

Infelizmente as escolas Santa Maria 3,3% e Santa Terezinha 10% utilização a mesma metodologia para todos os alunos com e sem deficiências.

Perante essa realidade o autor Perrenoud (2001),

Afirma que, grande parte das estratégias de ensino utilizadas pelo professor deve ser adaptada às características dos alunos, à composição da classe e a história das relações entre os educandos e o professor. Evidenciando assim que diante desse contexto fica clara a importância da realização de adaptações curriculares para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais.

Portanto a educação inclusiva só existirá de fato se forem introduzidas nas salas de aula estratégias e práticas diferentes daquelas que tradicionalmente se praticavam. E isso depende largamente das atitudes, conhecimentos, competências e capacidades dos professores para inovarem e criarem contextos para um ensino que vá de encontro às necessidades e potenciais dos seus alunos.

Com base nos dados apresentados, percebe-se nitidamente que os docentes ainda apresentam dificuldades em adaptarem seus métodos pedagógicos para esses alunos inseridos em sala de aula.

Questão 4

A quarta questão trata de uma análise a respeito da **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Nº13.146, de 6 de Julho de 2015**, Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar.

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

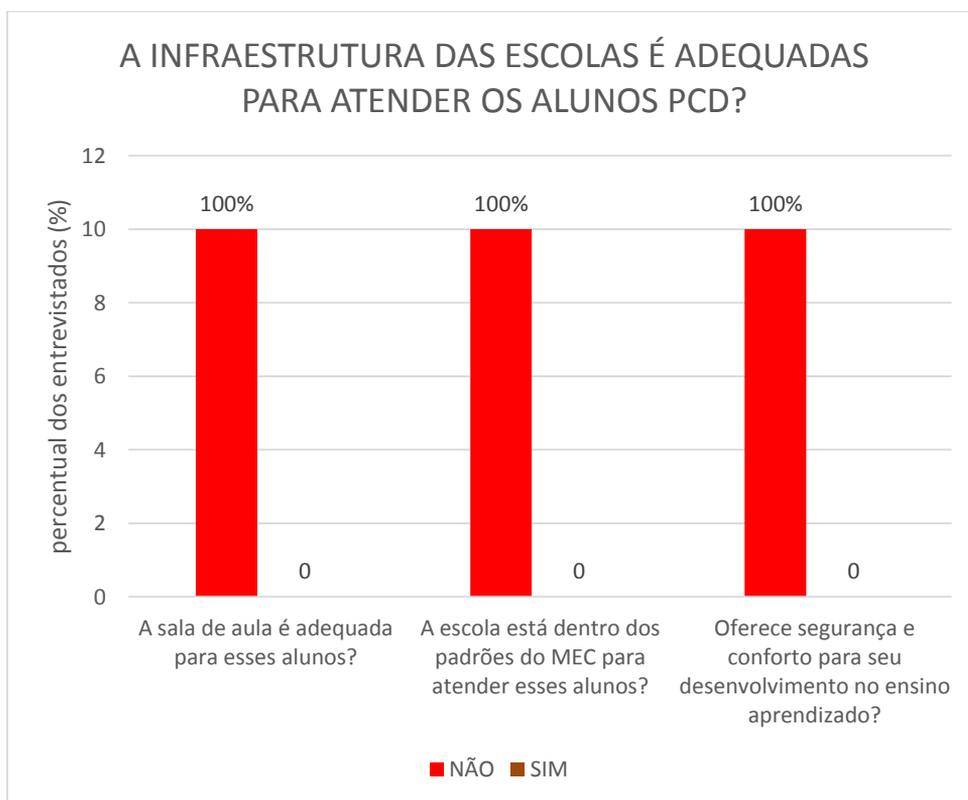


Figura 10. *A infraestrutura das escolas é adequada para atender os alunos?*
 Fonte: O autor

De acordo com a Figura 13, notou-se claramente que nenhuma das escolas entrevistadas estão adequadas para atenderem essa clientela, pois não tem corrimão as passarelas, as causadas não são niveladas, são pisos de autos e baixos, o piso e paredes não apresentam nenhuma sinalização, as portas de entrada das salas não tem a largura adequadas, são salas quentes e escuras.

É evidente que para garantir que a educação inclusiva aconteça de fato nas escolas é preciso assegurar;

1. Assegurar condições mínimas necessárias ao acesso e a permanência dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Para isso, é necessário que haja: a) adequação da estrutura das escolas, edificando rampas, corrimões e corredores com identificação específica para o uso de cadeirantes, bem como fazer as adaptações necessárias nas embarcações que transportam esses alunos às escolas; b) banheiros exclusivos a deficientes; c) bibliotecas com acervo específico aos alunos com necessidades educativas especiais; d) salas de apoio pedagógico com recursos multifuncionais e equipamentos informatizados com softwares específicos que atendam as deficiências múltiplas; e) área de lazer e recreação.

2. A partir da vigência desta Lei, estruturar o Departamento de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação com uma equipe técnica especializada, onde tenham Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicopedagogos.

72 Fonoaudiólogo e outros, para que estes possam atender as escolas, de forma descentralizada, que possuem alunos com necessidades educativas especiais

É necessário, portanto, estabelecer e implementar políticas educacionais que propiciem oportunidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com seus direitos garantidos pela Constituição, visando sua participação e inclusão nos processos educacional, cultura, social e profissional, de caráter permanente na cidade de Oriximiná

CAPÍTULO V

DISCURSSÃO DOS RESULTADOS

No capítulo que se apresenta, proceder-se-á à discussão dos resultados obtidos através do instrumento de recolha de dados, o inquérito por questionário. Pretendemos fazer uma observação detalhada sobre os aspetos mais evidentes e úteis, mencionados na apresentação dos resultados, dando resposta aos objetivos propostos no início deste trabalho.

5.1 Análise Geral das Discursão dos Resultados

Pode-se observar que o intuito de discutir o desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como as políticas públicas e as leis que permeiam esta trajetória da educação inclusiva no Brasil envolvem esforço e habilidades, pois transcorre pela modernização e reestruturação de muitas condições existentes na maioria das escolas.

Tento como objetivo geral analisar a dificuldade na prática pedagógica dos docentes perante os alunos deficientes matriculados nas salas de aulas regulares Município de Oriximiná-Pará/ Brasil. E como essas abordagens teóricas e intercaladas com a pesquisa em campo, entendemos que é um grande desafio encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma matriz arcaica de concepção escolar; daí a necessidade de se recriar o modelo educacional vigente.

Avaliar a formação dos professores com a Resolução CNE/CEB 02/2001, mesmo que as práticas educativas ainda não estejam voltadas para uma prática da educativa adaptação para os alunos com necessidades especiais educacionais, os professores que trabalham com essa clientela compreendem a importância, realizam atividades pedagógicas que envolvem os esses alunos mesmo que de modo errôneo.

Avaliar o cumprimento da lei Nº13.146/ 2015 da infraestrutura das escolas essa lei é gerida por legislação para com os alunos deficientes que as escolas ofereçam condições de aprendizagem e segurança e autonomia.

Verificar as conformidades dos PPPs das escolas com a Lei 9.394/96 e a Resolução CNE/CEB Nº 2, /2001. Investigar os procedimentos adotado nas escolas a adequação no currículo, previsto na legislação municipal e estadual.

Diante dos resultados da pesquisa sobre a educação inclusiva percebemos que as escolas reconhecem e valorizam as diferenças, porém poucas desenvolvem projetos

educacionais inclusivos nos quais o ensino que ministram difere do proposto para atender às peculiaridades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma.

Sendo assim, desse modo, as análises aqui apresentadas é visto que a que as políticas de inclusão constituem, além de um grande desafio para o século XXI, uma oportunidade para a construção de um outro mundo, mais humano e mais justo, no qual todos possam viver em harmonia. A inclusão não é só uma política, mas um caminho que, ao trilhar, construímos.

Entretanto a pesquisa de campo deixa evidentes que todos os docentes que estão no chão dessas escolas são profissionais de anos de carreira, porém apesar de todos serem formados em áreas como: matemática, história, geografia, língua portuguesa, pedagogia entre outras nenhum desses profissionais estão de fato capacitados para atender a grande diversidade da inclusão diante dos alunos com deficiência, pois não apresentam nenhum tipo de metodologia diferenciada que vem suprir as necessidades dos alunos com deficiência, observou-se que esses discentes são apenas matriculados na rede de ensino regular para obedecer a lei vigente da pessoa com deficiência, obedecendo a portaria da secretaria municipal de educação a cada um deficiente matriculados e menos três alunos sem deficiência na classe, poucos desses alunos conta com uma pessoa de apoio na sala, pois segundo a diretoria do seção da educação especial o aluno com deficiência só tem uma pessoa de apoio quando a deficiências desse aluno demanda um grau mais elevado como: autismo severo, deficientes físicos como cadeirante mediante a laudo médico, porém esses profissionais que são lotados como pessoa de apoio geralmente não tem nenhuma formação na área e nem experiência em lidar com essa clientela.

Essas escolas estão fora do padrão do Mec. Para atender os alunos deficientes, na Escola Bom Pastor onde apresenta uma aluna cadeirante a escola apresenta rampa na entrada, porém nos demais corredores não tem o corre mão são pavilhões com altos e baixos, o banheiro não é adequado para uma pessoa cadeirante.

Em análise do projeto político pedagógico (PPP) percebeu-se nitidamente que não há nenhuma proposta metodologias e avaliativa que contemple os alunos com deficiência, isso deixa claro o porquê os professores se sentem perdidos em trabalhar com metodologia diferenciadas com esse público, pois sabemos o projeto político pedagógico é fundamental no sucesso da escola, uma vez que:

(PME, pág. 69, 2009, 2029), nessa perspectiva, a escola e o seu projeto político, as diretrizes curriculares, os conselhos que compõem a escola, as parcerias com a comunidade escolar e local, precisam ser revistos e reformulados visando à melhoria na qualidade da educação para todos. Diante de tal proposta, a LDB vigente oferece respaldo e elementos essenciais que auxiliam na transformação almejada das escolas, de forma que priorize os princípios democráticos que as norteiam, concretizando assim o compromisso assumido pelo país, na efetivação de uma Educação para Todos.

Fica evidente que as grandes dificuldades na metodologia dos professores não estão centradas apenas na formação dos docentes mais também no projeto político pedagógico dessas escolas que não apresenta uma proposta para subsidiar esses profissionais na inclusão desses alunos, uma vez que essas escolas não atendem apenas uma única deficiência.

Ao realizar a pesquisa no chão dessas escolas foram identificadas as seguintes deficiências:

- Mental leve mental
- Mental moderado alunos,
- Mental severo
- Autismo leve
- Autismo moderado
- Autismo severo
- Física
- Baixa visão
- TDAH
- síndrome down
- física.
- Cadeirante
- Múltiplas.

São alunos que chegam na escola muitas vezes sem saber pegar no lápis, escrever o próprio nome, diante dessa problemática é evidente que os professores ficam desorientados diante da diversidade encontrada nas salas de aulas sem que eles tenham material pedagógico e acompanhamento de uma pessoa na área, dentre dessas escolas percebeu-se que a gestão e coordenação pedagógica também demonstram estarem perdidos diante dessa complexidade que envolve a educação inclusiva.

CAPÍTULO VI

LINHAS FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

Aqui neste capítulo estamos encerrando a nossa pesquisa, com isso abre novas perspectivas de pensamentos e nos leva uma reflexão sobre esta dissertação e a pesquisa investigativa aqui elaborada. Entendemos que a qualquer momento o estudo pode ser revisto por outros pesquisadores, acrescentando e aprofundando ainda mais nestas questões discutidas até o momento e nesse sentido, achamos que seria de grande importância dar uma continuidade ao projeto, mas agora seguindo uma nova linha de pensamento:

5.1 Pontos importante de investigações futuras

- Quanto abordagem do conhecimento sobre o curriculum é necessário fazer um grande discursão mediante a temática das políticas que está envolvida, pois é necessário que antes de implantar o que está expresso nas leis seja fundamental que as escolas e setores de governo locais, desenvolvam um programa curricular que possa realmente atender de fato a demanda da sociedade local. Por tanto é de suma importância intensificar estudos para compreender como estão organizados e inseridos os deficientes nas redes de ensino regular e que práticas estão sendo desenvolvidas para a qualidade do ensino aprendizagem desses alunos deficientes espaço escolar.

Diante desses contextos é fato que a que a inclusão mediante a pessoa com deficiência ocorre no momento em que a escola junto com sua equipe entende e conhece essa desafiadora realidade, portanto, para assegurar uma educação conforme legislação é preciso abrir caminhos para novos estudos acadêmicos sobre o assunto e prepara nossos profissionais a inovares suas práticas metodológicas.

Conclusão

Este estudo objetivou analisar as possibilidades de abrangente de uma reflexão sobre quais as dificuldades na prática dos docentes com relação aos deficientes matriculados nas escolas regulares do ensino fundamental. Os principais resultados apontaram que a educação inclusiva está sendo vista pelos docentes sob diferentes enfoques, desde definições mais próximas dos princípios de integração até definições mais relativas sobre a educação inclusiva. Os Docentes e diretores acreditam que o processo da educação inclusiva é uma proposta viável, porém para ser efetivada, é primordial haver grandes mudanças nas políticas e no sistema de ensino vigente.

Segundo o ministério da educação e cultura desde 1990 a educação especial vem conquistando avanços significativos no contexto de definir políticas adequadas no serviço de atendimentos para com as pessoas com deficiências. No Brasil essa evolução está configurada e amparada na própria constituição de 1988 no artigo 208 o qual preconiza o ‘atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular do ensino fundamental.

Portanto dentre esse contexto a escola precisa urgentemente estar preparada para uma educação que abrange a adversidade, pois sabemos que o Brasil é um país rico em culturas, em etnias, raças, e credos e possui um número crescente de pessoas com algum tipo de deficiência que estão saindo do enclausuramento em busca de inserção social, educacional e profissional

Os docentes entrevistados reconhecem a importância de uma educação democrática, que atenda as precariedades dos educandos; infelizmente a falta de assistência dos órgãos administrativos competentes devem fazer com que a educação Inclusiva não aconteça de fato nas escolas regulares onde essa clientela estão inseridos ou inclusos, é necessário que esse órgão administrativos tomem as devidas providências necessárias, incluindo a participação ativa de educadores, dos pais e da comunidade escolar em geral para proporcionar aos indivíduos com deficiências um ensino adequado às suas necessidades específicas.

No entanto ao analisar as dificuldades mencionadas pelos entrevistados, perceber-se que os mesmos demonstram grandes dificuldades em suas práticas pedagógicas de como conduzir esses alunos a um desenvolvimento no seu ensino aprendido, isso porque muitas das vezes esses docentes não sabem planejar e ensinar para esses alunos, outra grande dificuldade encontrada é a falta de materiais

pedagógicos adaptados, falta de conhecimentos na área e principalmente a falta de apoio de pessoas especializada na área, mediante a essa realidade esses professores ficam a mercê apenas de ministra aulas sem nenhum preparo de adaptação de metodologia para os alunos deficientes inclusos na escola, isso sem falar da infraestrutura que o prédio escolar não oferece, ficando assim o aluno se adaptar a escola e não a escola a eles.

Castro (1997) e Jusevicius (2002) afirma que,

Nesse sentido, a inclusão desse alunado em classes comuns gera novas circunstâncias e desafios, que tendem a somar-se com as dificuldades já existentes do sistema atual, e, por conseguinte, ratifica a ideia de que profundas modificações devem ser realizadas a fim de melhorar a qualidade da educação, seja para educandos sem ou seja com algum tipo de deficiência. (Castro e Jusevicius, 2002, p.123).

Nessa grande realidade do quadro apresentado, fica evidentes os grandes obstáculos mediante a proposta da inclusão. Pois a falta de formação dos professores para atuarem com esses alunos, as dificuldades apresentadas pelos entrevistados neste estudo são graves e as quais sugerem que os órgãos governamentais sejam implementados. Nota-se que as necessidades dos gestores educacionais sejam consultadas e que os mesmos participem das mudanças e transformações ocorridas no âmbito escolar.

Nos chama a atenção que mesmo diante das grandes dificuldades cada instituição de ensino dentro de suas limitações o descaso dos governantes, tentam amenizar essa problemática e procuram encontrar soluções para incentivar e estimular os docentes a uma nova prática metodológica a qual facilite ao educando com necessidades educacionais.

Segundo os professores que estão diretamente com os alunos deficientes nas salas de aula regular todos tem nível superior porém em áreas que não contempla esses alunos, mediante essa formação inadequada os professores buscam apenas pesquisas na internet, pouquíssimas tiveram a oportunidade em participar em cursos relacionados a trabalhar com os alunos que tem algum tipo de deficiência, pois podemos afirmar diante desse exposto que a formação dos docentes não está de acordo com Lei nº 2394/96 LDBN citada no Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) o qual deixa claro sobre a formação dos docentes que:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Porém a pesquisa deixa claro que nenhum dos profissionais entrevistados nas três escolas não possui a formação adequada conforme a lei citada acima.

É importante salientar que por motivo formação inadequada para trabalhar com essa clientela evidencia que esse é um dos grandes fatores que apresenta grandes dificuldades na pratica pedagógica desses professores.

Além da falta de materiais de cunho pedagógicos adequado para cada deficiência, e a falta de apoio profissional da área acaba deixando o trabalho desses docentes a desejar, observou-se que nessa complexidade em relação a essa grande diversidade os professores estão praticamente só em busca de melhores aperfeiçoamentos para oferecer um ensino de qualidade para seus alunos. É importante relatar que segundo o art. 59 da Lei nº 2394/96 LDBN diz que:

I-currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Diante dessa realidade é real afirma que os docentes não possuem nenhum tipo de matérias de cunho didático que possam trabalhar, como por exemplo com um aluno de baixa, um aluno cego e até mesmo com os alunos com intelectual (mental), o fato é que essas escolas não possuem esses materiais, assim também como um profissional na área para auxiliar de como melhor ensinar esses alunos.

Segundo os professores entrevistados não existe nenhuns procedimentos pedagógicos de apoio ligado diretamente aos deficientes pois o que são oferecidos para esses alunos é o Atendimento Especializado Educacional (AEE) em contra turno o qual não tem ligação nenhuma com a metodologia das salas de aulas regulares.

Assim como na lei também está implícito que a escola tem que está em boas condições de infraestrutura adequada para as com deficiência de acordo com o plano de municipal e educação (PME), a escola deve estar dentro do padrão do Ministério da Educação (MEC). ou seja:

(PME, pág. 71), para isso, é necessário que haja:

- a) adequação da estrutura das escolas, edificando rampas, corrimões e corredores com identificação específica para o uso de cadeirantes, bem como fazer as adaptações necessárias nas embarcações que transportam esses alunos às escolas;
- b) banheiros exclusivos a deficientes;
- c) bibliotecas com acervo específico aos

alunos com necessidades educativas especiais; d) salas de apoio pedagógico com recursos multifuncionais e equipamentos informatizados com softwares específicos que atendam as deficiências múltiplas; e) área de lazer e recreação.

As três escolas estão completamente fora da estrutura para atender os alunos com deficiência, pois nenhuma delas tem sinalizações, rampas adequadas, corredores com pequenas elevações, banheiros apenas para pessoa sem deficiência, salas escuras e com poucas ventilações.

É importa que fique evidente a necessidade de estabelecer políticas educacionais que propiciem oportunidade às pessoas com deficiência, de acordo com seus direitos garantidos pela Constituição, visando sua participação e inclusão nos processos educacional, (PME, pág. 71), como também cursos de aperfeiçoamento aos professores da rede pública do ensino regular uma vez que são esses que estão de fatos com os alunos deficientes inclusos nas salas de aulas. Além disso que o currículo seja readaptado para garantir um ensino de qualidades.

Diante desse contexto foi indagado para os professores sobre a formação desses profissionais para lidar em sala de aula com esses alunados, e perante as respostas nos questionários observou que apenas 16,6% entres os professores entrevistados tiveram a oportunidade de receber cursos de capacitação de como trabalhar metodologicamente com essa clientela.

Fica evidente que poucos profissionais que estão diretamente no chão dessas escolas os quais foram analisadas, não tem conhecimento aprofundando e consistentes sobre a educação inclusiva e principalmente desconhecem o ampara legal que fundamenta e ampara as pessoas com deficientes inclusos na sala de aulas regulares.

Esses profissionais asseiam ser assistido de perto, tanto com materiais de cunhos pedagógicos, oficinas, cursos de especialização ou capacitação quanto por um profissional. Profissional esses que secretaria municipal de educação de Oriximiná tem, porém não supri a demanda de atendimento necessários que o município demanda.

Para isso vale salientar também que nosso governante use das políticas educacionais para adaptar as escolas dentro do padrão do Ministério da Educação (MEC), porque não é os alunos que tem que se adaptar a infraestrutura da escola mais o espaço escolar tem que se adaptado as necessidades dos alunos para que de fato garanta segurança e uma educação de qualidade.

Sendo assim, desse modo, no contexto das análises apresentadas é visto que a educação é um direito assegurado a todos sem discriminação de cor e etnia, conforme apresentada na proposta no estudo, possa ser implementada como assegura a legislação enquanto um instrumento de construção social, política, econômica e cultural, faz-se necessário garantir que a política seja efetivada a partir da aplicação de um currículo escolar que de fato atenda o que está expresso nas diretrizes.

Como previsto em lei compete ao Conselho de Educação municipal elaborar Diretrizes Curriculares municipais, em diálogo com os profissionais da educação especial, assim como a secretaria de educação oferecer cursos de capacitação e oficinas para que os professores inovem suas práticas metodológicas. Visto que se tenha benefícios no que tange a Educação especial na perspectiva da educação inclusiva para que de fato as pessoas com deficiência recebam uma educação de qualidade e seja protagonista da sua própria história.

Referencias Bibliografia

- ALVES F. Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.
- ALVES F. (2003), Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK EDITORA.
- BAUMEL, R. C. R. de C. (2004), Formação de professores: aportes multiculturais e o movimento da inclusão. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 149-161.
- BAPTISTA, Cláudio R. Martins, Lucia; Pires, José; Pires, Glaucia; Melo, Francisco (Org.) (2008). A Política Nacional de Educação Especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva? In: Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos. (Edufrn, p. 19-33). Natal
- BRASIL. (1988). Constituição Federal, São Paulo:18ª Editora Saraiva
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica: Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Ed. Esplanada.
- BRASIL. (2002) Ministério da Educação Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília/DF.
- BRASIL. (2008) Ministério da Educação. Inclusão: Revista da Educação Especial/destaque: A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Fórum de debates (ps. 19, 23, 24, 29). MEC; SEEP.
- BRASIL, (2008) Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptação Curriculares/ Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial Brasília MEC/ SEF/ SEESP, 1988. 3ª ed. Vol. 1. Brasília MEC/SEF.
- BRASIL, (2001) Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Nacionais Curriculares. 3ª ed. Vol. 1. Brasília MEC/SEF.
- BAPTISTA, C. R. Sobre as diferenças e as desvantagens: fala-se de qual educação especial? In: MARASCHIN, C. (Org.). Psicologia e educação: multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: UFRGS, 2003
- Brizolla, Francele (2007). Políticas públicas de inclusão escolar: negociação sem fim. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Campos, L. F. L. 2001). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia. Campinas: Alínea.
- CASTRO, C. M. Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo: McGrawHill, 1976
- CENSO, Escolar. Aumenta inclusão de alunos com deficiência, mas escolas não têm

estrutura para recebê-los.
Disponível <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aumenta-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-mas-escolas-nao-tem-estrutura-para-recebe-los>> por O Globo 31/01/2018 11:23 / Atualizado 31/01/2018 20:19

- CHARLOT, B. (1976) *Négotiation des Besoins: Nécessité ou Impasse*. *Éducation permanente*, 34, 17-33.
- CHACON, Miguel Cláudio Moriel. *Formação de recursos humanos em educação especial: respostas das universidades à recomendação da portaria ministerial n. 1.793 de 23/12/1994*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.
- CLAUDIA Pereira Dutra. (2004) *Secretária de Educação Especial. Ministério da educação Secretaria de educação especial. Educação Inclusiva: A escola; Brasília..*
- CAMPOS, 1994) L. F. L. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia*. Campinas: Alínea. 2001.
- CANDAU, V. M. e LEITE, M. S. (2007) *A Didática multi/intercultural em ação: construindo uma proposta*. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*. , v.37, n.132
- Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais*. Unesco, Brasília.
- Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. MEC; SEEP.
- DUTRA, Joel. FLEURY, Maria Tereza Lemes (2008) *Organizadores. Competências; Conceitos, Métodos e Experiências*. São Paulo.
- FACION, José Raimundo et.al. Facion, José Raimundo. (2008) *O papel do professor na educação inclusiva*. In: *Inclusão escolar e suas implicações*. 2ª edição, Curitiba, Ibepex.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- FERREIRA, M.E.C. O. (2007) *Enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas*. *Educação e Pesquisa*, v.33, n. 3, p. 543-560. São Paulo.
- FREITAS, S. N. (2006), *A formação de professores na educação inclusiva: Construindo a base de todo o processo*. In: RODRIGUES, D. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Sumus.
- FERNANDES, D. *Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas*. Cacém: Texto Editores, 2005
- OLIVEIRA, G. C. *Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico*. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GIL, A. C. (1999), *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas.

- _____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2012. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em setembro de 2016.
- GURGEL, Thais. Inclusão: só com aprendizagem. In: Revista Nova Escola. Editora Abril, nº 206, 2007.
- GESSER, Audrei. LIBRAS? que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2007
- LIMA PA. Educação Inclusiva e igualdade social. São Paulo; AVERCAMP, 2002
- LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: Acesso em março de 2019
- LÉVY, P. Abrir o espaço semântico em prol da inteligência coletiva. Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 129-140, jan. /jun. 2008. Disponível em: Acesso em: 11 maio. 2019
- LEFEHLD, N.A.S.; BARROS, A.J.P. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.
- MANTO AN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2003.
- MOTTA, Fernando C. P.; CALDAS, Miguel P. (orgs.). Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Atlas, 1997.
- MICHELS, Maria Helena. A formação de professores de educação especial na UFSC (1998-2001): ambiguidades estruturais e a reiteração do modelo médico-psicológico. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: história, política, sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MITTLER P. Educação Inclusiva: Contextos sociais. 1ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MEC - Ministério da Educação. Publicações. 2012. Disponível em: Acesso em março de 2019.
- MENDES, E. G. Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.
- Plano Municipal De Educação Oriximiná (2009 2019) Prefeitura Municipal De Oriximiná Secretaria Municipal De Educação Conselho Municipal De Educação <https://pt.calameo.com/read/0013117223dca5d14d3b6>

PERRENOUD, P. (1997) Como se aprende o ofício de aluno? In: PERRENOUD, P. O ofício de aluno e sentido do trabalho escolar. Porto, Portugal: Porto Editora.

PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. Tradução: Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999

SÁ, Elizabeth Dias de. Necessidades Educacionais Especiais na Escola Plural. Disponível em <http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/plural.htm>. Acesso em 03 de abril de 2012.

SOUSA, A. N. de. A escrita de surdos: uma exploração de textos em português e inglês. 2003. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Letras) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

<https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao>

<https://www.significados.com.br/educacao-inclusiva/>

<https://www.significados.com.br/inclusao-escolar/>

<https://potencia.com.br/pcd/pessoa-com-deficiencia-ou-pcd>

<https://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao-escolar/>

ZANELLA, A. V. L. S. Vygotski: o Contexto, Contribuições à Psicologia e o Conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal. Itajaí: UNIVALI, 2001.

APÊNDICE A
AUTORIZAÇÃO

APÊNDICE – Autorização da Pesquisa de campo para verificar a opinião dos gestores e professores sobre a Educação Inclusiva com relação à Pessoa com Deficiência matriculado nas redes de ensino regular

Ima: Sra Diretor (a), ou vice-Diretor (a):

E. M. E. F. Professor Bom Pastor

A Mestranda Luciane Pereira Duarte, vem através deste, pedir ao gestor deste estabelecimento de ensino que autorize a mesma a recolher algumas informações através de questionário, juntamente com os Professores dos anos iniciais para a sua Dissertação do **Mestrado** com a Temática direcionada a Educação Inclusiva: As Dificuldades na Prática Docente com Relação aos Alunos Deficientes Matriculados nas Escolas Públicas do Município de Oriximiná.

Nestes termos

Pede deferimento

LUCIANE PEREIRA DUARTE

Oriximiná, 10 de maio de 2018.

APÊNDICE B
AUTORIZAÇÃO

APÊNDICE – Autorização da Pesquisa de campo para verificar a opinião dos gestores e professores sobre a Educação Inclusiva com relação à Pessoa com Deficiência matriculado nas redes de ensino regular

Ima: Sra Diretor (a), ou vice-Diretor (a):
E. M. E. F. Santa Maria

A Mestranda Luciane Pereira Duarte, vem através deste, pedir ao gestor deste estabelecimento de ensino que autorize a mesma a recolher algumas informações através de questionário, juntamente com os Professores dos anos iniciais para a sua Dissertação do **Mestrado**, com a Temática direcionada a Educação Inclusiva: As Dificuldades na Prática Docente com Relação aos Alunos Deficientes Matriculados nas Escolas Públicas do Município de Oriximiná.

Nestes termos
Pede deferimento

LUCIANE PEREIRA DUARTE

Oriximiná, 10 de maio de 2018.

APÊNDICE C**AUTORIZAÇÃO****APÊNDICE – Autorização da Pesquisa de campo para verificar a opinião dos gestores e professores sobre a Educação Inclusiva com relação à Pessoa com Deficiência matriculado nas redes de ensino regular**

Ima: Sra Diretor (a), ou vice-Diretor (a):
E. M. E. F. Santa Terezinha

A Mestranda Luciane Pereira Duarte, vem através deste, pedir ao gestor deste estabelecimento de ensino que autorize a mesma a recolher algumas informações através de questionário, juntamente com os Professores dos anos iniciais para a sua Dissertação do **Mestrado**, com a Temática direcionada a Educação Inclusiva: As Dificuldades na Prática Docente com Relação aos Alunos Deficientes Matriculados nas Escolas Públicas do Município de Oriximiná.

Nestes termos

Pede deferimento

LUCIANE PEREIRA DUARTE

Oriximiná, 10 de maio de 2018.

APÊNDICE D

Pesquisa de Campo - Professores

APÊNDICE –Pesquisa de campo para verificar a opinião dos gestores e professores sobre a Educação Inclusiva com relação à Pessoa com Deficiência matriculado nas redes de ensino regular

QUESTIONÁRIO- PARA COLETA DE DADOS

Prezado professore.

Meu nome é Luciane Pereira Duarte, atualmente aluna do curso de Mestrado. Solicito sua colaboração para minha pesquisa de conclusão de curso, respondendo o questionário abaixo. Na pesquisa, pretendo analisar a dificuldade na pratica docente com relação aos alunos com deficiência inclusos na rede regular. O questionário é anônimo, e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos, portanto, sinta-se à vontade para se expressar livremente. Sua participação é importante!

1) Género: _____ Idade: _____

2) Área de formação/atuação:

Data de formação _____ graduação: _____

Anos na profissão: _____

Concursado () contrato () do quadro ()

3) Série que atua:

() 1º ano () 2º ano () 3º ano () 4ºano () 5ºano () 6º ano () 7º ano () 8º ano () 9ºano

4) Você já trabalhou, ou trabalha com alunos/as deficientes (PCD):

() Sim () Não

5) Qual o tipo de deficiência desses alunos?

() Mental leve () Mental moderada () Mental severa () Autista leve

() Autista moderada () Autismo severo () Síndrome de dawn () Cadeirante

() Baixa visão () Cego () Surdo () Mudo () Física

6) Quais as dificuldades que você encontra na pratica metodológica?

() Falta de conhecimento sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência;

() Dificuldade em planejar/ ensinar;

() Falta de recursos e materiais;

() Dificuldade na utilização de recursos adaptados;

Outros. Quais?

7) Você acredita no processo de inclusão dos alunos com deficiência no Ensino Regular?

Sim Não

9) Você recebeu algum treinamento, curso ou orientação para receber alunos com deficiência?

Sim Não

Qual? _____

10) Ao receber um aluno com deficiência, como é feito o acolhimento?

Diferenciado Normal Separado dos outros alunos

11) Esses alunos deficientes incluídos na sala de aula regular ele tem uma pessoa de apoio?

Sim Não

12) Como é a sua metodologia para com esses alunos deficientes?

Adaptada Diferenciada Igual aos demais alunos

13) A sala de aula é adequada para esses alunos?

Sim Não

14) A escola está dentro dos padrões do MEC para atender esses alunos?

Sim Não.

15) Oferece segurança e conforto para seu desenvolvimento no ensino aprendizado?

Sim Não.

APÊNDICE D

Pesquisa de Campo - Gestores

APÊNDICE –Pesquisa de campo para verificar a opinião dos gestores sobre a Educação Inclusiva com relação à Pessoa com Deficiência matriculado nas redes de ensino regular

QUESTIONÁRIO- PARA COLETA DE DADOS

Prezado Gestor (a)

Meu nome é Luciane Pereira Duarte, atualmente aluna do curso de Mestrado. Solicito sua colaboração para minha pesquisa de conclusão de curso, respondendo o questionário abaixo. Na pesquisa, pretendo analisar a dificuldade na pratica docente com relação aos alunos com deficiência inclusos na rede regular. O questionário é anônimo, e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos, portanto, sinta-se à vontade para se expressar livremente. Sua participação é importante!

1) Género: _____ Idade: _____

2) Área de formação/atuação:

Data de formação _____ graduação: _____

Data de formação _____ graduação: _____

Anos na profissão: _____

Concursado () contrato () do quadro ()

3) Área onde que atua:

() Direção () Coordenação Pedagógica

4) Quantos alunos deficiente tem matriculados na escola? _____

5) Quantos alunos tem em cada deficiência?

(____) Mental leve (____) Mental moderada (____) Mental severa (____) Autista leve

(____) Autista moderada (____) Autismo severo (____) Síndrome de dawn (____)

Cadeirante

(____) Baixa visão (____) Cego (____) Surdo (____) Mudo (____) Física

6) Como são inseridos esses alunos nas serem regulares?

7) Você acredita no processo de inclusão dos alunos com deficiência no Ensino Regular?

Sim Não

8) A escola conta com apoio de funcionário especializado na área?

Sim Não

9) Esses alunos são inseridos no censo escolar?

Sim Não

10) A escola recebe verba com relação aos alunos com deficiências?

Sim Não

11) A sala de aula é adequada para esses alunos com deficiência? Justifique sua resposta

Sim Não

12) A escola está dentro dos padrões do MEC para atender esses alunos?

Sim Não.

13) Oferece segurança e conforto para seu desenvolvimento no ensino aprendido?

Sim Não.

14) Qual o conceito que você tem sobre Educação Inclusiva?
